



UFMA
COLUN

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



SÃO LUÍS - MA
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
COLÉGIO UNIVERSITÁRIO**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**São Luís
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

Reitor

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

Vice-reitor

Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos

Pró-reitora de Ensino

Prof. Dr. Romildo Martins Sampaio

Direção Geral

Prof. Me. Paulo Sérgio Castro Pereira

Coordenação da Divisão Técnico-Pedagógica

Profa. Dra. Alessandra Belfort Barros

Coordenação do Ensino Médio

Profa. Dra. Ludmila Portela Gondim Braga

Coordenação do Ensino Fundamental

Profa. Me. Fernanda Lopes Rodrigues

Coordenação da Educação Profissional

Prof. Dr. Jaldyr de Jesus Gomes Varela Júnior

Coordenação de Estágio

Pedro Victor Chagas Ferreira

Coordenação de Projetos, Pesquisa e Extensão

Prof. Dr. José Alberto Pestana Chaves

Comissão Projeto Político Pedagógico (Coordenação)

Alessandra Belfort Barros

Ana Zilda dos Santos Cabral Figueiredo

Anizia Araújo Nunes Marques

Luiza Carvalho de Oliveira

Micael Carvalho dos Santos

Maria da Conceição Lobato Muniz

Maria Jandira de Andrade

Nília Nília Feitosa de Alencar

Representantes por Área e Setores

Ana Maria Lima Cruz

Anizia Araújo Nunes Marques

Claudio Henrique Viegas Rodrigues

Eliza de Oliveira Rocha

Fernanda Lopes Rodrigues

Ione Marly Arouche Lima

Jaldyr de Jesus Gomes Varela Júnior

Joayth Aline de Moura Soares

Luzia da Conceição Azevedo Reis

Márcia Cristina Costa Pinto

Nília Feitosa de Alencar

Paulo Roberto de Jesus Silva

Paulo Sérgio Castro Pereira

Ricardo André Rocha Monteles

Saulo Barros da Costa

Wilson Raimundo de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade Federal do Maranhão. *Colégio Universitário*.
Projeto Político Pedagógico / Colégio Universitário;
Coordenação: Alessandra Belfort Barros... [et al.]. – São Luís:
Colégio Universitário, 2023.

80 p.

Inclui bibliografia.

1. Projeto Político Pedagógico. 2. Política educacional. 3. Colégio
Universitário. I. Barros, Alessandra Belfort et al. (coord.). II. Título.

CDD 371.207

CDU 37.014

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Alexsandra Martins Ferreira de Abreu -
CRB 13/697

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	05
2	HISTÓRICO E FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO	06
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PEDAGÓGICA	11
3.1	Diretrizes Educacionais: nossos princípios.....	11
3.2	Relação Escola-Comunidade.....	16
3.3	Pressupostos Educacionais: concepções de ensino, currículo, planejamento e avaliação.....	17
3.4	Organização e Estrutura de Ensino: níveis e modalidades.....	28
3.4.1	Educação Básica: Ensino Fundamental e Ensino Médio Regular.....	29
3.4.2	Educação Profissional: técnico integrado e técnico subsequente.....	30
3.4.3	Educação Especial.....	32
3.5	Organização e Estrutura de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	34
3.6	Equipe Pedagógica.....	38
4	CONTEXTOS E DESAFIOS DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO	45
5	PLANO DE AÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	55
6	PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	61
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE A – Localização geográfica do COLUN/UFMA.....	69
	APÊNDICE B – Rede Física do COLUN.....	70
	APÊNDICE C – Planta Baixa do COLUN.....	72
	APÊNDICE D – Questionário dos Estudantes, Pais e/ou Responsáveis.....	73
	APÊNDICE E – Questionário dos Servidores do COLUN.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Estrutura do Colégio Universitário por Nível de Ensino.....	29
Quadro 2 -	Docentes dos Anos Iniciais do Colégio Universitário.....	38
Quadro 3 -	Docentes da Área de Linguagem do Colégio Universitário.....	39
Quadro 4 -	Docentes da Área de Ciências Humanas do Colégio Universitário.....	40
Quadro 5 -	Docentes da Área de Ciências da Natureza do Colégio Universitário.....	41
Quadro 6 -	Docentes da Área de Matemática do Colégio Universitário.....	41
Quadro 7 -	Docentes dos Cursos Técnicos do Colégio Universitário.....	42
Quadro 8 -	Docentes do Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Universitário....	42
Quadro 9 -	Docentes do Atendimento Educacional Especializado do Colégio Universitário.....	43
Quadro 10 -	Servidores Técnicos-Administrativos do Colégio Universitário.....	44
Quadro 11 -	Plano de Ação do Projeto Político Pedagógico do Colégio Universitário..	57
Quadro 12 -	Acompanhamento, Implementação, Revisão e Avaliação do Projeto Político Pedagógico do Colégio Universitário.....	62

1 INTRODUÇÃO

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas com o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores”.

Moacir Gadotti (1994)

O Projeto Político Pedagógico – PPP de uma escola expressa a intencionalidade de organização do trabalho pedagógico da instituição como um todo, em suas especificidades, níveis e modalidades. Trata-se de uma sistematização, sempre participativa e nunca definitiva, de objetivos, metas e planos, tanto a nível pedagógico, envolvendo uma reflexão sobre as práticas educativas, quanto político, abrangendo um posicionamento crítico diante das contradições da sociedade.

De acordo com Veiga (2007), o projeto busca uma direção, um rumo, que se constitui, mediante ação intencional da escola, com sentido explícito e compromisso definido na coletividade. Representa, portanto, a identidade política e educativa institucional, bem como um instrumento teórico-metodológico para intervenção ou transformação da realidade.

Desse modo, o PPP está relacionado à organização do trabalho pedagógico em duas vertentes: 1) organização da escola, de forma ampla, e; 2) organização da sala de aula, na relação com o contexto social, preservando a visão de totalidade (VEIGA, 2007).

Como princípios fundamentais do PPP destaca-se: a) Igualdade de condições para acesso e permanência na escola; b) Qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais; c) Gestão democrática enquanto princípio consagrado pela Constituição vigente, que abrange as dimensões pedagógicas, administrativa e financeira; d) Liberdade, enquanto outro princípio constitucional, e; e) Valorização do magistério, sendo este central na discussão do projeto político-pedagógico (VEIGA, 2007).

Posto isto, o Colégio Universitário, colégio de aplicação e escola técnica vinculada da Universidade Federal do Maranhão (COLUN/UFMA) propõe este projeto de cunho político, social e pedagógico, realizado a partir da participação dos organismos representativos da escola (docentes, discentes, servidores e pais), objetivando analisar e

compreender a organização do trabalho pedagógico, de forma a gestar uma nova organização desse trabalho.

A partir dos Encontros Pedagógicos realizados no ano de 2021, formou-se a Comissão do PPP a fim de organizar os processos de discussão e sistematização da reformulação do Projeto Político Pedagógico do COLUN. A comissão foi organizada com representações de cada área (Anos iniciais; Ciências Humanas; Ciências da Natureza; Linguagens e Códigos; Matemática; Educação Profissional e Técnico em Enfermagem), eleitos em reunião, representação dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE), Grêmio Estudantil, Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEE) e representação dos pais/responsáveis.

Compreendendo a necessidade da reorganização pedagógica institucional, a comunidade escolar do COLUN mobilizou-se para em 2022 construir coletivamente as novas propostas do PPP e da Proposta Curricular. Como parte do processo de elaboração deste documento foram realizadas reuniões da coordenação da comissão, reuniões da comissão, encontros e debates por área de conhecimento, além das plenárias ampliadas.

No contexto da nova proposta do PPP, apontamos elementos básicos, que envolvem: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação (VEIGA, 2007).

Tais elementos diluem-se neste Projeto Político-Pedagógico que, para fins didáticos, foi desenvolvido, considerando a identidade do Colégio Universitário, a estrutura organizacional pedagógica, a caracterização do contexto atual, o plano de ação, o processo de ação no cumprimento das metas, bem como o processo de revisão do documento, conforme observa-se no sumário deste documento.

2 HISTÓRICO E FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

O Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão foi criado pela Resolução nº 42, de 20 de maio de 1968, em reunião do Conselho Diretor da então Fundação Universidade do Maranhão (FUMA), durante a administração do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho (1968-1972); tendo sido reconhecido pela Resolução nº 5/69 do Conselho Estadual de Educação. Inicialmente, funcionou em salas do Palácio Cristo Rei que, à época,

sediava a reitoria e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade. Nesta faculdade, eram ofertados os cursos de licenciatura da instituição.

Sua função inicial era a preparação de jovens para o acesso ao Ensino Superior e, portanto, oferecia à sua clientela apenas o ensino da 3ª Série do antigo colegial (segunda etapa do Ensino Médio, conforme a Lei nº 4.024/1961). No seu primeiro ano letivo, em 1968, foram matriculados apenas 15 alunos que formaram a primeira turma de pré-universitários, isto é, candidatos aos exames de admissão para o ensino superior.

Nos anos seguintes, ainda nessa primeira formação, o Colégio ofereceria anualmente 03 turmas – correspondentes às áreas de sócio-humanística; saúde e biomédicas; e, exatas e tecnológicas – de acordo com a orientação vocacional dos estudantes, os quais eram classificados mediante processo seletivo anual.

Em 1972, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 5692/1971¹, teve seu regimento interno aprovado e, por este documento, tornou-se Colégio de Aplicação² da Universidade. Sofreu, então, uma adequação curricular decorrente da referida legislação, passando a funcionar, portanto, como Colégio de 2º grau, embora sem possuir sede própria – o que, obviamente, prejudica o seu funcionamento enquanto campo de estágio, experimentação e aplicação da Faculdade de Educação, conforme previsto regimentalmente.

Nos anos de 1972 e 1973, esteve situado à Rua Viana Vaz, junto à Praça Quinta do Macacão, no centro histórico de São Luís; em 1974 e 1975, localizou-se à Rua das Hortas, também na região central da cidade; ocupando espaços universitários construídos para outras finalidades que não as de uma instituição escolar. As habilitações profissionais – Administração, Estatística e Secretariado – foram ofertadas a partir do ano letivo de 1974; sendo reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação em 1977.

Em meados de 1975, foi transferido para o *campus* universitário do Bacanga e continuou ocupando, provisoriamente, estruturas arquitetônicas impróprias para a sua

¹ Legislação que incorporou o ciclo ginasial a um 1º grau de 8 anos, ampliando a obrigatoriedade do ensino, e transformou o ciclo colegial em um 2º grau de 3 anos ao qual se impôs a oferta de habilitações profissionais.

² De acordo com a Lei nº 9.053/1946, a qual autorizou as Faculdades Federais de Filosofia a implantarem Ginásios de Aplicação destinados ao estágio docente dos licenciandos. À medida que estas faculdades foram se transformando nas atuais Universidades Federais, foi possível o surgimento não só de ginásios, mas também de Colégios de Aplicação, entre outras modalidades escolares (centros, escolas e núcleos) que se prestam ao papel de campo de estágio dos professores em formação.

natureza escolar. Assim, funcionou de modo precário e pouco conhecido em salas dos prédios Pombal (atual CEB velho)³ e Pimentão (hoje CCSO)⁴.

Nos anos 1980, o Colégio Universitário (COLUN)⁵ sofreu um processo de reestruturação por acreditar-se à época que ele não atendia aos objetivos de um Colégio de Aplicação e que deveria ser feito um direcionamento para que se pudesse abranger os demais graus de ensino, inclusive contribuindo para os programas do Sistema de Ensino Oficial e Privado (Documento de Reestruturação do Colégio Universitário da UFMA *apud* SANTOS, 2012). Com isso, foi finalmente instalado em um complexo escolar composto por dois prédios cedidos à UFMA pela Secretaria de Educação do Estado. Sua nova estrutura, localizada no Bairro da Vila Palmeira, possuía o espaço adequado ao desenvolvimento das funções previstas no Projeto de reestruturação.

A partir de então, o COLUN passou a oferecer também o Ensino de 1º Grau e a atender exclusivamente aos filhos dos moradores daquele bairro. O Colégio passou a atender, portanto, não somente as exigências do MEC, pela Lei 5692/1971, como também a demanda da Secretaria Estadual de Educação.

Com a promulgação da Lei nº 7.044/1982, colocou-se um fim à obrigatoriedade da profissionalização no ensino do 2º grau. Nesse período, foi também aprovado o Regimento Interno do COLUN e declarada a regularidade dos estudos ali oferecidos, em 17 de junho de 1982, pelas Portarias nº 215 e nº 216 da Secretaria de Ensino de 1º 2º graus do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Mesmo com o fim da obrigatoriedade da profissionalização do 2º grau, é possível detectar que o COLUN continuou oferecendo a educação profissional. Conforme os documentos encontrados na secretaria do Colégio, no período de 1982 a 1984, foram oferecidas na grade curricular do 2º grau as habilitações em Administração (2.370 horas), Mecânica (2.460 horas), Saúde (2.490 horas), Construção Civil (2.490 horas) e Eletricidade (2.400 horas); e, ainda, o curso de Magistério de 1ª a 4ª séries do 1º Grau.

Posteriormente, com a reformulação do Regimento Interno⁶ do Colégio Universitário em 05 de maio de 1988, foi declarada a regularidade dos estudos referentes ao

³ Centro de Estudos Básicos.

⁴ Centro de Ciências Sociais.

⁵ Esta sigla foi criada em 1980, por ocasião da sua transferência ao bairro Vila Palmeira.

⁶ Este regimento foi reformulado para adequar o Colégio aos novos padrões educacionais. Contudo, a sua aprovação foi apenas no Conselho Diretor do COLUN, mesmo sendo encaminhado para aprovação do Conselho Universitário da UFMA, nunca foi colocado em pauta de votação, criando assim uma inconformidade jurídica na instituição, em relação àquilo que de fato existe como válido no mundo jurídico, e àquilo que de fato é praticado.

Ensino de 1º Grau e ao Ensino de 2º Grau, com Habilitação em Magistério de 1ª à 4ª Séries do 1º Grau e Assistente em Administração, por meio da Portaria nº 58 de 1988, da Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação – SESG/MEC. Só a partir da aprovação desse novo Regimento Interno é que o ensino de 1º e 2º graus do COLUN passou a ser organizado pela Lei n. 7.044 de 1982.

De acordo com os documentos existentes na secretaria do COLUN, na década de 1990 do século passado, a educação profissional continuou sendo ofertada pela instituição, mas de maneira restrita, com a permanência dos Cursos de Magistério e Assistente em Administração. Este último, inclusive, transformou-se em Curso Técnico em Administração com uma carga horária de 2.850 h.

Com as reformas ocorridas na década de 1990, foram aprovados a Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB)⁷ e o Decreto Federal nº 2.208/1997, que regulamentou os artigos de nº 39 a nº 42 da LDB, estabelecendo as bases para o ensino profissionalizante no Brasil. Todas as instituições educacionais tiveram que se adequar às diretrizes educacionais estabelecidas pela legislação em vigor. Por isso, o COLUN, conforme Portaria de 13 de setembro de 1999, propôs mudanças em seu Regimento Interno⁸, na perspectiva de atender à base normativa nacional e ajustar-se às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e aos avanços tecnológicos.

Nesse Regimento, o COLUN optou por continuar com a educação profissional, no entanto com as seguintes características: com organização curricular específica e independente do Ensino Médio, na modalidade Pós-Médio; e com cursos distribuídos em módulos, conforme previsão legal contida nos artigos nº 5º e nº 8º do Decreto nº 2.208 de 1997. Desse modo, passou a oferecer os cursos Técnicos em Administração⁹ (2000), Técnico em Meio Ambiente (2002) e Técnico em Enfermagem (2003).

Com essa base normativa, a educação profissional passou a ter organização própria e desvinculada do Ensino Médio, sendo as matrizes curriculares elaboradas de maneira mais abrangente e seguindo a recomendação do Parecer Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica -CNE¹⁰/CEB¹¹ nº 16/1999 e a respectiva Resolução nº 4/1999, que

⁷ Esta lei transformou o antigo 1º grau em Ensino Fundamental, e o antigo 2º grau em Ensino Médio.

⁸ Mais uma vez, embora a proposta de reformulação tenha sido encaminhada para a administração superior da UFMA, para ser aprovada pelo Conselho Universitário, tal proposta nunca foi colocada em pauta de votação, ficando a sua aprovação apenas no nível do Conselho Diretor do Colégio Universitário.

⁹ Vale lembrar que o curso Técnico em Administração, desde a sua criação em 1977, nunca sofreu interrupções, apenas foi se adaptando de acordo com a legislação em vigor.

¹⁰ Conselho Nacional de Educação.

¹¹ Câmara de Educação Básica.

instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional. Essas diretrizes passaram a conferir um caráter mandatório ao perfil de competências e indicam as respectivas cargas horárias mínimas a serem obedecidas pelas instituições, quando da implementação dos cursos. Especificamente, o curso de administração deveria ter carga horária mínima de 800h.

Nesse mesmo período, o COLUN foi inserido na Rede Federal de Educação Profissional, passando a ter duas naturezas: Colégio de Aplicação e Escola Técnica Vinculada a Instituição Federal de Ensino Superior; conseqüentemente, fazendo parte de duas matrizes orçamentárias, representadas por dois conselhos – o Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAP) e o Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF)¹².

Nesse contexto, em virtude das condições físicas do prédio da Vila Palmeira, que eram precárias, não sendo possível reformá-lo em razão de não pertencer ao patrimônio da universidade, o Colégio Universitário iniciou seu processo de transferência gradativa para o campus central da UFMA situado no Bacanga. Neste local, havia sido inaugurado em 2005 um prédio escolar que, mediante convênio com a SEDUC, abrigava um anexo da rede estadual de ensino que ali funcionou temporariamente.

Em 2006, inicia-se a transição da Vila Palmeira ao campus com alunos dos cursos técnicos, do ensino médio e dos dois últimos anos do Ensino Fundamental (8º e 9º anos); ficando na Vila Palmeira as demais turmas do Ensino Fundamental. A partir de então, os anos iniciais foram sendo extintos aos poucos na Vila Palmeira. Em 2007, 4º, 5º, 6º e 7º anos foram instalados provisoriamente em uma unidade de ensino estadual no Rio Anil. Em 2008, todos estes segmentos (fundamental, médio e técnico) passaram a ser ofertados exclusivamente no Colégio Universitário em seu novo endereço.

Em 2006 o Colégio sofreu uma nova mudança de endereço, tendo sido transferido para o seu atual prédio, dentro da cidade universitária. Este fato aproximou fisicamente o COLUN das atividades universitárias e também tem proporcionado aproximações em outras esferas.

Em 2007, sob a égide do Decreto nº 5.154/2004, a instituição decidiu regularizar a situação dos cursos técnicos, realizando o devido registro e reconhecimento no Cadastro

¹² O MEC reconhece que na UFMA tem duas instituições escolares: um Colégio de Aplicação e uma Escola Técnica vinculada à Instituição Federal de Ensino Superior.

Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) do MEC. A partir desse momento, mesmo com fortes discussões internas de qual era de fato a natureza do COLUN, ficou claro que a consolidação da educação profissional na instituição era inevitável.

Com a publicação da Lei nº 11.892/2008, que visava reestruturar a Rede Federal de Educação Profissional, houve chamada pública para transformar - por adesão - os antigos CEFET'S, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades nos atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Mesmo com todas as promessas de recursos financeiros e vagas para professores, o COLUN, após um breve processo de debate interno, decidiu continuar na Rede Federal, mas como Escola Técnica Vinculada à UFMA e membro do CONDETUF; mantendo, também, a sua identidade como Colégio de Aplicação.

Em 2016, a educação profissional do COLUN passou por um processo de mudança em que os cursos Técnicos em Administração e Meio Ambiente passaram a ser oferecidos de forma integrada ao Ensino Médio, ficando apenas o curso de Enfermagem sendo oferecido na modalidade subsequente.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PEDAGÓGICA

Nesta seção, o Projeto Político Pedagógico do COLUN apresenta a estrutura organizacional e pedagógica da escola, na qual está fundamentada nos princípios, mediante diretrizes educacionais; a relação escola-comunidade; os pressupostos educacionais, com suas concepções de ensino, currículo, planejamento e avaliação; a organização e estrutura de ensino, com seus níveis e modalidades; e, a equipe pedagógica, composta por professores/as e técnico-administrativos, nas suas respectivas áreas e setores da instituição.

3.1 Diretrizes Educacionais: nossos princípios

O Colégio Universitário compreende a escola como espaço de promoção do desenvolvimento humano em sua completude, complexidade e multidimensionalidade, assinalando a integração da razão e emoção, corpo e mente, consciente e inconsciente, para além de uma educação para instrumentalização e capacitação. Nesse sentido, a educação para e com humanização das relações sociais é situada como condição indispensável para

uma educação significativa, na medida em que garante a mobilização de todas as potencialidades humanas.

Desenvolvimento humano que contempla:

Inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa. Para isso não se deve negligenciar nenhuma das potencialidades de cada indivíduo (GADOTTI, 2000, p. 10).

Uma educação humanizadora, a serviço do bem individual e coletivo, não deve omitir de sua proposta pedagógica os valores e as condições subjetivas do ser humano. Educar não pode ser considerado um ato neutro, uma vez que é permeado de intencionalidades. Quem educa pretende alcançar um objetivo, e para tanto, opta por conteúdos, metodologias a seres desenvolvidas durante o processo de formação humana. Nesse sentido, o/a educador/a também evidencia sua própria opção política, sua concepção de mundo, o que demonstra que educar é também um ato político, e que ultrapassa o simples ato de transferir conhecimentos através do ensino de conteúdos descontextualizados da realidade.

Educar em valores humanos requer viabilizar o desenvolvimento das dimensões afetivas e emocionais, possibilitando uma consciência mais ampla para o desenvolvimento integral do ser aprendente. Nesse espeque, os valores humanos como a paz, a solidariedade, o amor, a cooperação, a honestidade e a generosidade tornam-se necessários para a construção de uma educação para a paz, pois “quando os valores positivos e a busca de significado e propósito são colocados no centro de ensino e aprendizagem, a própria educação é valorizada” (TILLMAN, 2012, p. 3-4).

Jares (2007) enfatiza a educação para a paz como uma necessidade imprescindível, considerando a injustiça social, os níveis de pobreza, de violência e a precarização do trabalho que assolam os dias de hoje. A categoria cultura de paz é enfatizada nesta proposta pedagógica como uma forma de manifestação da cultura na qual os valores da paz, do respeito, dos direitos humanos universais, da solidariedade, da valorização das diferenças, são essenciais nas relações consigo, com o outro e com o planeta (JARES, 2007; MATOS, 2008; GUIMARÃES, 2006).

No processo de construção de uma cultura de paz, o papel do diálogo, do respeito às diferenças e das relações democráticas é central. Não se trata da extinção dos conflitos, mas no poder da mediação e das relações dialógicas, da cooperação e da convivência pacífica (DISKIN, 2008). Nessa direção, a educação se movimenta para a transformação, conforme

ressalta Freire (1996) no exercício da escuta, da troca, da reciprocidade, do aprender e do ensinar. O pensamento freireano propõe uma pedagogia libertadora (FREIRE, 1998), capaz de desenvolver a criticidade e a conscientização política, em direção à emancipação humana.

Nessa construção, inteligência e afetividade interagem dialeticamente no processo de desenvolvimento humano, de modo que a afetividade interfere nas construções realizadas no plano intelectual, da mesma forma que a evolução da inteligência depende das construções afetivas (WALLON, 2007).

Nesse sentido, a escola assume o papel salutar de prover uma formação humana ancorada em pressupostos educacionais que repensam os valores essenciais do ser e fazer humano, contemplando as inteligências intrapessoais e interpessoais (GARDNER, 1994), no intento da construção de uma sociedade mais pacífica, justa, fraterna e democrática.

A educação é por excelência um meio de humanizar, é a melhor forma de fazer com que os seres humanos se preocupem mais uns com os outros, de modo a aprenderem o valor da vida em sociedade e dos impactos que uns causam nos outros ao se relacionarem de maneira afetuosa. A abordagem humanista, deve perpassar por toda ação pedagógica uma vez que esta traz significado ético e moral para a vida do ser humano.

Mizukami (1986, p. 37-38) em relação a abordagem humanista nos processos de ensino afirma que:

Essa abordagem dá ênfase a relações interpessoais, e ao crescimento que delas resulta, centrado no desenvolvimento da personalidade do indivíduo, em seus processos de construção e organização pessoal da realidade, e em sua capacidade de atuar, como uma pessoa integrada. Dá-se igualmente a ênfase à vida psicológica e emocional do indivíduo e à preocupação com a sua orientação interna, com o autoconceito, com o desenvolvimento de uma visão autêntica de si mesmo, orientada para a realidade individual e grupal.

O ser humano está o tempo todo se relacionando socialmente com outros na escola e fora dela. Portanto a educação sistematizada deve priorizar o desenvolvimento humanista, possibilitando ao aprendente ser protagonista do seu próprio processo e aprendizagem. É no espaço escolar que este adquire maturidade para compreender o mundo, posicionando-se, analisando criticamente as oportunidades que a vida fora dos muros da escola lhe oferecerá.

Brandão [s.d] afirma que:

Não se educa para se ser “isso ou aquilo”, mas para se reconstruir continuamente o frágil e maravilhoso “ser-de-si-mesmo”. A educação não é, um bem provisório ou um direito transitório a formar pessoas para o acesso a bens supostamente duradouros situados fora dela. A educação é um bem em si mesmo. É um fator-vida destinado a acompanhar uma história infinda de troca de saberes, de valores, de sentidos e de sensibilidades em cada um de nós e nas comunidades. [...]. (BRANDÃO, [s.d]).

Esse é propósito de uma educação humanizada: tornar o ser humano, sujeitos transformadores dos meios sociais. A educação é um bem valioso, por meio desta o ser humano constrói conhecimentos. Somente se constrói uma práxis libertadora por meio da problematização da realidade, numa relação dialógica entre educador/a e educando/a, sendo a autonomia um elemento fundamental na construção do conhecimento. E esse conhecimento deve estar sempre a serviço da transformação dessa própria realidade.

A escola ao propiciar uma educação de qualidade tanto em questões dos conteúdos curriculares, quanto em questões humanitárias desenvolve o ser por completo, formando assim, um cidadão que saberá lidar com as questões que o rodeiam de maneira a intervir sabiamente.

A construção e o fortalecimento de uma educação escolar inclusiva fazem-se necessários e urgentes considerando que a escola é o lugar em que se apresenta as múltiplas faces da sociedade, bem como o espaço privilegiado da convivência com essa multiplicidade, com a diversidade humana, considerando o respeito às diferenças e o convívio para o bem comum de todos.

O alcance de uma educação inclusiva não se restringe a pensar apenas na educação dos estudantes público-alvo da Educação Especial, engloba todos aqueles que historicamente foram e continuam sendo excluídos do processo de ensino e aprendizagem, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, ou seja, pensamos numa educação que se coadune com os objetivos fundamentais da democracia. Esta educação inclusiva que defendemos e lutamos deve ser pautada em princípios e ideais democráticos como liberdade, solidariedade humana, objetivando o pleno desenvolvimento de todos os educandos como preconizado nos documentos legais supremos que regem a educação nacional (BRASIL, 1988; 1996). Desse modo, a escola deve assumir um posicionamento político pedagógico anticapacitista, antirracista, antissexista e anti-LGBT fóbico.

Tal concepção de educação inclusiva, faz-se necessária pelo histórico concreto de exclusão que perpassa a educação pública do Estado do Maranhão. Com vistas a superação do desafio da inclusão escolar, o COLUN vem apresentando avanços na construção desta educação desde o ano 2005, com a criação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEE através da Ordem Interna nº 2 de 17 de março de 2005 que visa oferecer suporte e articular os diversos segmentos da instituição, de

forma a oferecer o processo de inclusão e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE (FIGUEREDO, 2020).

Nesse sentido salientamos que o PPP configura-se como documento norteador de ações que favoreçam a inclusão, seja por meio, da disponibilização de profissionais qualificados para manter o padrão de qualidade da educação, como pelo investimento contínuo em materiais, recursos pedagógicos e tecnológicos, necessários para garantia do acesso, participação e permanência dos/as estudantes do COLUN.

Na perspectiva de se avançar ainda mais nas questões inclusivas relacionadas aos estudantes matriculados no COLUN, é importante promover e valorizar o desenvolvimento e o fortalecimento de uma cultura de inclusão entre todos os membros da comunidade escolar: servidores terceirizados, docentes, técnicos, discentes, estagiários e familiares.

Assim, neste PPP, garante-se e reafirma-se o direito de todos à educação e das ações de acesso/acessibilidade e inclusão, pelo desenvolvimento de atividades que envolvam ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo e reafirmando o compromisso maior da instituição a qual o COLUN está vinculado, que é a Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Reconhecemos que a educação inclusiva se constitui não somente um desafio, mas uma conquista e sobretudo luta por direito da parcela educacional historicamente excluída e marginalizada das políticas públicas e de práticas pedagógicas que fossem condizentes com a diversidade humana (SILVA, 2012, 2018; BARROS, 2019).

No COLUN a educação inclusiva não poderá ser vista como mera obrigação legal, fortemente estabelecida no ordenamento jurídico brasileiro, mas se ancora em uma visão de educação da melhor qualidade para os educandos matriculados na instituição, que atenda às necessidades básicas e específicas de aprendizagens convergentes com uma formação integral para além da técnica e do conteúdo pelo conteúdo, sem atribuição de sentido pelas pessoas, mas ainda com afetividade, empatia e colaboração mútua.

Nesse alcance da educação inclusiva no COLUN se combate cotidiana e institucionalmente as diversas manifestações de preconceito e expressões constantes, no sentido de contribuir para uma mudança social mais ampla. Uma mudança complexa e profunda que inclui de forma direta a escola, sua forma de ensinar, de aprender, de planejar, de se relacionar e de existir.

Nesse contexto, não basta advogar o cumprimento das leis, ainda que se constituam em recursos importantes na garantia de cidadania para muitos grupos excluídos. Faz-se

necessário, a luta pela construção e fortalecimento de uma cultura inclusiva no âmbito das escolas brasileiras, incluindo toda a rede de Colégios de Aplicação e Escolas Técnicas vinculadas.

Nesse processo, todos os sujeitos da escola são importantes: alunos/as, professores/as, profissionais não docentes, familiares e comunidade em geral envolvido diretamente na construção de ambientes inclusivos (ARANTES, 2006; MANTOAN, 2015). Desta forma, o COLUN se compromete, neste projeto, em criar, coletivamente, estratégias para incluir, contribuindo para transformar a escola com ousadia e amorosidade na perspectiva de contribuir na formação de indivíduos emancipados (SEVERINO, 2008; ADORNO, 2010; FREIRE, 1996; GIROUX, 1986; LOPES, 2009).

Nesta perspectiva, reafirmamos que no que tange a educação dos estudantes, com ou sem deficiência, a vertente inclusiva constitui-se como a melhor alternativa para fortalecimento de uma educação democrática recepcionada coletivamente no COLUN ao coadunar-se com uma concepção de inclusão que relaciona a própria condição de humanidade de todas as pessoas. (BRASIL, 1999; JANNUZZI, 2006; INSTITUTO, 2008, SANTANA, 2009, VIANNA, 2007).

O COLUN, portanto, decide ingressar na luta pela construção de uma escola inclusiva que é a favor da dignidade da pessoa humana, abrindo suas portas à diversidade humana e investindo no progresso e sucesso de todos e de cada um (SILVA, 2012; 2018).

Considerando a formação humana em sua diversidade, na qual todos os sujeitos da comunidade escolar têm direito à participação na construção de uma escola pública, plural e de qualidade social, enfatiza-se a gestão democrática como um princípio norteador.

A gestão democrática abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira, exigindo uma ruptura histórica na prática administrativa da escola. Trata-se de um compromisso que implica construção coletiva de compromisso ético-político (VEIGA, 2007). A busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas desenvolvidas.

3.2 Relação Escola-Comunidade

A Associação de Pais ou Responsáveis é concebida como uma entidade que se destina a colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao educando

e na integração família-escola-comunidade. A Associação de Pais ou Responsáveis deve ser instituída no Colégio por iniciativa de membros pertencentes a este seguimento, conforme o Regimento da instituição (COLUN, 2017).

O Grêmio Estudantil, por sua vez, é uma entidade autônoma representativa dos interesses dos/as estudantes com finalidades educacionais, artísticas, cívicas, desportivas e sociais regulamentadas pela Lei 7.398, de 1985. O Grêmio Estudantil será dirigido por alunos/as do COLUN e poderá receber orientações da DTP. A Diretoria do Grêmio Estudantil será constituída conforme o que dispõe seu regimento interno (COLUN, 2017).

3.3 Pressupostos Educacionais: concepção de ensino, currículo, planejamento e avaliação

Sabe-se que a concepção de ensino geralmente se dá com o início das práticas pedagógicas docentes desenvolvidas na escola e, no COLUN, isto não é diferente. Na trilha de documentos da instituição, a Proposta Política-Pedagógica – PPP de 1994 evidencia como era transmitido o conhecimento pelo professor naquele período.

O ensino ocorria de forma que o professor repassava conteúdos para o aluno como se este “[...] fosse um repositório e depositário dos mesmos e um mero cidadão de ínfimo espaço da sala de aula [...]” (COLUN, 1994, p. 13). Em outros termos, um ensino nos moldes da prática tradicionalista.

Tal ensino foi criticado nesse documento da PPP de 1994, enfatizando: falta de embasamento teórico e científico dos docentes para trabalhar conteúdos em confronto com a realidade; a prática-pedagógica passava despercebida em relação com a estrutura socioeconômica e política concreta vigente; faltava mais liderança, amizade, orientação e esforço contínuo para que o educador se tornasse um ser desafiador e estimulador, um sujeito de mudanças no processo ensino e aprendizagem (COLUN, 1994).

O Plano de Trabalho para o ano de 1994 sinalizava a linha de ensino, do Pré-Escolar ao então 2º grau, direcionado para a educação libertadora, sob o viés construtivista e participativo, tendo como principal expoente, as ideias de Paulo Freire (COLUN, 1994). Nesta tendência pedagógica, a realidade das relações dos seres humanos com a natureza e com os outros é questionada. Problematiza-se a vida prática dos/as educandos/as, utilizando-se de temas geradores, em que docentes e discentes são sujeitos do conhecimento, valorizando a aprendizagem grupal em detrimento aos conteúdos de ensino, ou seja, o ensino traz caráter essencialmente político (LIBÂNEO, 1984).

Evidente que a pedagogia progressista e, respectivamente, seu ensino, segundo o referido autor, não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista, mas pode e deve serem utilizados enquanto instrumentos de luta dos/as professores/as e dos/as alunos/as, articulados ao lado de outras práticas sociais (LIBÂNEO, 1984).

No sentido de se reinventar, visto ser um Colégio de Aplicação e Escola Técnica, que tenciona para uma perspectiva de reflexão-prática-reflexão, o COLUN, para além da crítica tradicionalista e, posteriormente, da pedagogia libertadora, avança com a PPP de 1994 (COLUN, 1994), e, à medida que vai se inserindo nos fundamentos da tendência progressista, passa a desenvolver o ensino sob o viés histórico-crítico, como pode-se notar em alguns objetivos do documento:

[...]

3.2 - Desenvolver uma política na escola que seja baseada nos princípios de respeito, justiça e solidariedade, para que o aluno possa vir a ser agente de transformação;

3.3 - Promover estudos que apontem para tendências e concepção progressistas de educação, a fim de que favoreça a integração comunidade e escola na construção do seu processo educativo;

3.4 – Desenvolver atividades pedagógicas, culturais e científicas na Escola, que favoreçam a participação efetiva do aluno nas mesmas, para que se tornem construtor da sua própria educação; [...] (COLUN, 1994, p. 13).

Essa nova concepção de ensino visa formar o/a educando/a tanto por meio da aquisição do conhecimento, quanto pela socialização, de forma que a participação dele seja ativa no meio em que se insere, ou seja, um sujeito proativo diante das contradições da sociedade. Interessa, nessa tendência, que o ensino priorize conteúdos que estejam articulados à realidade concreta humana e social do/a educando/a (LUCKESI, 2003).

Aranha (1996) ressalta o esforço da pedagogia progressista em direcionar a escola como espaço de socialização do conhecimento elaborado, de forma a possibilitar às camadas populares acesso à educação, mesmo reconhecendo que existe limitações nesse processo de aquisição.

A questão não está nas limitações, mas nas possibilidades que o ensino pode viabilizar quando este se centra no/a educando/a e no/a professor/a, de forma que ambos interajam na construção do conhecimento elaborado. Nesse ensino, pode-se perceber:

[...] um confronto do aluno entre sua cultura e a herança cultural da humanidade, entre seu modo de viver e os modelos sociais desejáveis para um projeto novo de sociedade. E há um professor que intervém, não para se opor aos desejos e necessidades ou à liberdade e autonomia do aluno, mas para ajudá-lo a ultrapassar suas necessidades e criar outras, para ganhar autonomia, para ajudá-lo no seu

esforço de distinguir a verdade do erro, para ajudá-lo a compreender as realidades sociais e sua experiência. (LIBÂNEO, 1984, p. 44).

Tal ensino coaduna com os objetivos propostos pelo COLUN, conforme já elencados na Proposta Pedagógica de 1994. Esse documento foi sistematizado, inclusive, no cenário de discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/1996 (BRASIL, 1996), que estruturou o ensino, oferecendo Educação Básica e Profissional de Nível Técnico.

Em conformidade com a LDB - Lei 9394/1996 e a Resolução N° 284-CONSUN/2017, que aprova o Regimento Interno do COLUN, diz que a referida instituição passa a se organizar, podendo ofertar Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico e Educação de Jovens e Adultos, mediante séries anuais, períodos, semestres, alternâncias regulares de períodos de estudo, grupos não seriados com base na idade, na competência e em outros critérios, ou com formas diversas de organização conforme o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (COLUN, 2017).

Desse modo, o Colégio Universitário da UFMA concebe seu ensino articulado com seus princípios, a saber: igualdade de condições para acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; garantia de ensino público gratuito, democrático e de qualidade social; gestão democrática na forma da lei; respeito à liberdade e apreço à tolerância; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; formação e atualização constante de seus servidores (COLUN, 2017).

Assim, a concepção de ensino embasa-se na pedagogia histórico-crítica, na medida em que compreende o ato educativo em sua totalidade, relacionando conteúdos com o processo de formação dos educandos, mas, sobretudo, tornando o ato de ensinar um processo de desenvolvimento histórico-social e de superação de uma educação fragmentada.

É o que preconiza a Base Nacional Curricular Comum – BNCC, na qual reconhece que “[...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas [...]” (BRASIL, 2018, p. 14). Portanto, o compromisso do COLUN está na formação do educando enquanto sujeito integral, ou seja, um ensino comprometido com a produção do conhecimento crítico e transformador da realidade social: um currículo numa perspectiva dialética.

Geralmente, na Educação Básica, entende-se currículo como um conjunto de disciplinas que compõem a estrutura do ensino ou um emaranhado de conteúdos programáticos de uma determinada disciplina. De certa forma, essa percepção pode ser utilizada para definir currículo no âmbito da escola. Contudo, não contempla a totalidade das ações que o espaço escolar desenvolve na formação integral dos/as educandos/as.

Saviani (2016) sintetiza currículo como ato de uma escola em pleno funcionamento. O autor considera, inclusive, a mobilização de todos os recursos, materiais e humanos, como parte constitutiva de currículo, com um único fim, atingir o objetivo principal: a educação de crianças e jovens. Portanto, refere-se “[...] ao conteúdo da educação e sua distribuição no tempo e espaço que lhe são destinados.” (SAVIANI, 2016, p. 55).

Sendo assim, currículo é tudo o que a escola faz, ou seja, todas as atividades centrais desenvolvidas pelo COLUN, constituem-se currículo escolar. Dessa forma, essas atividades devem assegurar a aquisição dos instrumentos de acesso ao saber elaborado. Em outros termos, é o que o autor denomina de atividades nucleares, cumprindo à instituição o papel de mediar o saber espontâneo ao saber sistematizado (SAVIANI, 2016).

É isso que o Regimento Interno, no Art. 66, diz: “O Currículo é constituído do conjunto das ações e decisões educativas que possibilitem o alcance dos objetivos educacionais.” (COLUN, 2017, p. 23). Tais decisões precisam ser dialogadas com a comunidade escolar como um todo, no sentido mesmo da democratização da escola, visto que na Proposta Política Pedagógica – PPP de 1994 do COLUN, esse aspecto não aparece de forma explícita.

Conforme aponta a PPP: “Não há um conhecimento dos currículos e programas por parte de alunos e pais, posto que, os mesmos, são elaborados dentro da escola, sem um conhecimento prévio das necessidades emergentes da realidade.” (COLUN, 1994, p. 12). Segundo Libâneo (1984, p. 12):

A democratização da escola pública, portanto, deve ser entendida aqui como ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, para responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas (melhoria de vida) e à sua inserção num projeto coletivo de mudança da sociedade.

Outrossim, o currículo deve ser pensado no sentido da democratização do conhecimento, como artefato social e cultural (MOREIRA; TADEU, 2011), marcado por

determinações sociais, a partir do processo histórico e de sua produção contextual. Dessa forma,

O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas [...]. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA; TADEU, 2011, p. 14).

Assumir condições históricas e sociais concretas a partir da realidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo, são condições fundamentais para o cumprimento do papel social e educacional da escola.

Nesse viés, o COLUN, à medida que busca a reflexão de suas ações e decisões, vem possibilitando espaços cada vez mais democráticos, necessitando apenas torná-los mais inclusivos, visto que ainda caminha a passos lentos, quando se trata de envolver pais/responsáveis e alunos/as nesse processo de democratização do conhecimento e de construção do currículo.

Em relação à democratização do conhecimento, o Regimento Interno, no Art. 67, possibilita aos alunos um currículo, ofertando condições para o desenvolvimento de diferentes modalidades de estudos e atividades (COLUN, 2017), tornando o COLUN, uma instituição única, visto ser colégio de aplicação e escola técnica (oferta de educação profissional). Esse repertório diverso, em suma, proporciona diferentes tipos de saber, “[...] enquanto elementos que os indivíduos da espécie humana necessitam assimilar para que se tornem humanos, isto é, para que integrem o gênero humano.” (SAVIANI, 2016, p. 63).

Em vista disso, o currículo do COLUN, em conformidade com a LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), a BNCC (BRASIL, 2018)¹³ e a Resolução Nº 284-CONSUN/2017, é constituído de base nacional comum, formada por componentes curriculares obrigatórios, e parte diversificada, a ser complementada para atender às diferenças individuais dos/as educando/as, bem como peculiaridades locais e da instituição, segundo leis e resoluções vigentes (COLUN, 2017, Art. 68).

Outro aspecto que merece ser destacado sobre o currículo no atendimento das peculiaridades do COLUN, refere-se às matérias e conteúdos que constituem a parte

¹³ O último período foi marcado pela aprovação de mecanismos legais e orientadores que refletem fortes influências das políticas internacionais para a educação, com os movimentos globais de reformas educacionais concentradas na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial (BM) (FREITAS, 2018). Diante do contexto de alterações nas políticas curriculares nacionais, o COLUN se debruçou nos últimos anos para discussões sobre a temática, encaminhando a necessidade de reformulação curricular para além das indicações governamentais.

diversificada, que podem ser propostos mediante a inclusão de outros estudos, desde que submetidos à aprovação prévia, caso seja necessário (COLUN, 2017).

A construção curricular do COLUN pretende garantir “[...] ampliação do conhecimento e compreensão da realidade [...]”, de forma que os educandos “[...] vão se dando conta das implicações adversas do trabalho alienado e se apercebem como produtores em ‘sociedade’ e agentes ativos de sua própria humanização” (OLIVEIRA; DUARTE, 1987, p. 10).

No sentido de avançar nesse propósito, os conteúdos programáticos que compõem os planos de ensino dos componentes curriculares são elaborados pelos/as docentes de cada área de conhecimento, de forma dialogada e articulada, tanto com os professores do mesmo componente curricular da área, quanto com os/as professores/as das demais disciplinas de outras áreas de ensino, em conjunto com a Divisão Técnico-Pedagógica (DTP) e, posteriormente, são submetidos à homologação do Conselho Diretor do COLUN, considerando as diretrizes legais (COLUN, 2017).

O planejamento pedagógico é considerado o alicerce de um ensino de qualidade, pois é a partir dele que a escola e seus profissionais conseguem organizar seu trabalho de forma clara e consistente rumo a consecução dos objetivos institucionais definidos coletivamente. Representa uma diretriz que oferece a oportunidade de levar a escola a repensar o seu papel, bem como a sua intencionalidade pedagógica, de modo que as atividades desenvolvidas correspondam às expectativas da sociedade e dos estudantes em relação à construção do conhecimento. Trata-se, portanto, de uma ação global da escola, abrangendo o processo de pensamento, de decisões sobre a composição e o funcionamento da proposta pedagógica (LIBÂNEO, 2005).

O planejamento é uma ação que requer contínuas reflexões em torno dos princípios, dos valores e das concepções da educação presentes nas práticas desenvolvidas; exigindo dos educadores compromisso, posicionamentos filosóficos, políticos, pedagógicos e éticos bem definidos; a partir da consideração do tipo de ser humano e de sociedade que se tem e que se pretende construir; sendo, por isso, ideologicamente comprometido (LUCKESI, 2005).

Considerando-se o compromisso do COLUN com o desenvolvimento de uma formação humana integral (COLUN, 2017, p. 03), o planejamento tem papel decisivo na condução do fazer pedagógico da instituição. Nesse sentido, Vasconcellos (2006, p. 14) afirma que:

Nosso desejo é que a escola cumpra um papel social de humanização e emancipação, onde o aluno possa desabrochar, crescer como pessoa e como cidadão, e onde o professor tenha um trabalho menos alienado e alienante, que possa repensar sua prática, refletir sobre ela, ressignificá-la e buscar novas alternativas. Para isto entendemos que o planejamento é um excelente caminho.

O planejamento pedagógico do COLUN apresenta-se em diversos níveis que se completam, se interpenetram e compõem o currículo da escola (VASCONCELLOS, 2006), contemplando o PPP, os planejamentos por área, o planejamento curricular, compreendido pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), o plano de ensino, o plano de curso e o plano de aula.

A Proposta Política-Pedagógica (PPP)¹⁴ do Colégio Universitário sistematizada no ano de 1994 tinha por objetivo a descentralização administrativa e a formulação das diretrizes gerais para a política de educação desenvolvida entre os anos de 1994 a 1997. Assumindo uma concepção de educação libertadora (COLUN, 1994, p.6), a referida proposta estabelecia o planejamento por áreas afins, tendo por fim a multidisciplinariedade.

Apesar de ter contato com participação dos setores representativos da escola, a referida proposta foi abandonada pelos profissionais da escola, fato que ocasionou o afastamento de membros da Coordenação Pedagógica e da diretora geral da instituição da época.

Do projeto construído coletivamente, restou apenas o documento “Proposta Política e Pedagógica”, que embora não mais representasse o referencial orientador do trabalho pedagógico da escola, ainda era repassado para os estagiários da UFMA, como instrumental da prática pedagógica da escola, até meados de 1988 (SANTOS, 2004, p. 144).

Segundo Santos (2004, p. 142), o distanciamento dos profissionais da escola da proposta pedagógica de 1994 deveu-se aos seguintes fatores:

O momento político nacional e local que impulsionou muitas aposentadorias, dificultando a manutenção de uma equipe estável na execução da proposta;
Interesses diferentes em relação ao conteúdo na proposta e o retorno a situações de dispersão verificadas antes da construção do Projeto Político Pedagógico.

Apesar da falta de apoio à implementação deste instrumento, na Semana Pedagógica de 2002, docentes da instituição cobraram a necessidade da escola elaborar seu PPP, “como se na escola nunca tivesse existido uma Proposta Pedagógica” (SANTOS, 2004, p. 144).

A partir de meados de 2008 foram realizadas um conjunto de discussões e ações junto a todos os segmentos da comunidade escolar para a reformulação da proposta

¹⁴ Nomenclatura utilizada à época – 1994.

pedagógica anterior, as quais, impulsionadas por novas e crescentes demandas educacionais, levaram à sistematização deste documento como fruto da participação coletiva e, portanto, base de um processo de gestão democrática (GALINA, 2008).

Com base no plano de ação definido no PPP, é realizado, no início de cada ano letivo, em um momento conhecido como “Semana Pedagógica”, o planejamento anual, quando a gestão, o corpo técnico-administrativo e docentes se reúnem para avaliar, planejar, discutir, elaborar e definir as diretrizes quanto à organização da escola, normas gerais de funcionamento, atividades coletivas do corpo docente, o acompanhamento dos/as estudantes, o calendário escolar, o período de avaliações, o conselho de classe, os projetos realizados no ano anterior, os novos projetos que serão desenvolvidos durante o ano, dentre outras ações.

As diretrizes para esse planejamento anual surgem a partir de uma avaliação minuciosa do trabalho pedagógico desenvolvido e dos resultados alcançados no ano letivo anterior, os quais nortearam a definição de metas, estratégias e ações para o ano letivo em curso tendo em vista a melhoria do processo educativo.

Como o plano anual deve levar em conta a realidade escolar da qual fazem parte professores/as e alunos/as; considerando aspectos sociais da comunidade, problemas e necessidades locais e a diversidade dentro da sala de aula, ele pode sofrer modificações nas primeiras semanas de aula, de acordo com as características das turmas e seus níveis prévios de conhecimento evidenciados durante o período de Avaliação Diagnóstica (GANDIN, 2013).

O planejamento das atividades docentes (ensino, pesquisa e extensão) encontra-se estruturado por área de conhecimento, com a organização de um dia da semana para cada área, sendo no ano de 2022: segunda-feira – Área de Linguagens; terça-feira – Anos Iniciais; quarta-feira – Área da Natureza; quinta-feira – Área de Humanas e sexta-feira – Área de Educação Física. Esta estrutura encontra-se de acordo com as diretrizes apontadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), que organiza os Ensinos Fundamental e Médio em Áreas do Conhecimento.

As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados. Tal organização é concebida no Colégio Universitário como espaço de discussão coletiva, onde as áreas, com suas especificidades, dialogam entre si e planejam de forma coletiva e integrada suas atividades. Ao possibilitar a

troca de conhecimentos e a partilha de experiências, contribui na formação continuada de professores, constitui-se em um espaço formativo por excelência.

Visando orientar o trabalho do professor na prática pedagógica da sala de aula, tem-se o Planejamento Curricular, instrumento que organiza “as experiências de aprendizagem que a escola deve oferecer ao estudante, através dos diversos componentes curriculares” (VASCONCELLOS, 2003, p. 56).

Com a vigência da BNCC/2018, que tem por objetivo estabelecer uma referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares brasileiras, desde o início do ano letivo 2020, encontra-se em curso o processo de discussão, revisão e sistematização da proposta curricular do Colégio Universitário, parte integrante deste documento.

Como produto da especificação do planejamento curricular tem-se o planejamento de ensino desenvolvido pelos docentes, o qual define os objetivos a serem alcançados, o conteúdo da disciplina e as estratégias de ensino e de avaliação. O resultado desse planejamento é o plano de ensino, um roteiro organizado das unidades didáticas para um ano, um semestre ou um período. Do plano de ensino resultará o plano de aula, onde o professor especificará as realizações diárias para a concretização dos planos anteriores.

Os planos de ensino devem ser constantemente avaliados e estar abertos para revisões, de modo que o retorno dado pelos estudantes através das avaliações, trabalhos, apresentações ou questionamentos feitos em classe serve para que os docentes reavaliem seu trabalho de modo a alcançar os objetivos programados no início do ano letivo.

Desta forma, o planejamento no Colégio Universitário é concebido como um instrumento articulador das propostas educativas previstas no Projeto Político Pedagógico, as quais devem ser objetos de um processo contínuo de avaliação das ações (SAVIANI, 1997), de modo a assegurar a oferta de uma educação com qualidade social para todos e que seja capaz de dar conta dos grandes desafios educacionais da contemporaneidade.

Nesse sentido, o planejamento constitui-se como um dos elementos centrais para se pensar um processo educativo comprometido com o fazer pedagógico, assim como a avaliação no Colégio Universitário.

A concepção de avaliação do processo ensino e aprendizagem do Colégio Universitário perpassa por trajetórias diversas no decurso histórico da instituição e das políticas educacionais, inseridas no país e no mundo.

No contexto das discussões da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), aprovou-se o Regimento Interno do Colégio Universitário, através da Portaria Nº 58/88 (COLUN, 1988), delineando, no Art. 108, a avaliação de caráter contínuo para apurar em que média os objetivos do processo ensino-aprendizagem foram atingidos, determinando promoção e recuperação. E, no Parágrafo Único do mesmo artigo, ressaltava o aproveitamento considerando os aspectos qualitativo e quantitativo. Também, evidenciava que o aluno seria avaliado nos aspectos formativos e informativo (COLUN, 1988, Art. 109) e, que os resultados da avaliação seriam expressos em conceitos e/ou notas (COLUN, 1988, Art. 111).

No que tange à promoção, os critérios definiam que o aluno deveria atingir 27 (vinte e sete) pontos no final do ano letivo e frequência igual ou superior a 75% e, na parte formativa, deveriam conseguir conceito (R) regular ou (B) bom (COLUN, 1988). A recuperação, também denominado estudos de recuperação paralela, seria oferecida para os alunos que apresentassem rendimento inferior à média exigida e frequência abaixo de 75% e maior que 50%, em até 50% das disciplinas (COLUN, 1988, Art. 114).

Assim, a concepção de avaliação do COLUN, delineada na primeira proposta política-pedagógica, de 1994 (COLUN, 1994), relacionava-se ao formato tradicionalista, visto que resumia-se, na maioria das vezes, somente em provas e testes para medir conhecimento e atribuir notas. Além disso, a avaliação era desprovida de continuidade, participação ativa, permanente e não considerava a avaliação diagnóstica (COLUN, 1994).

Diante dessa realidade, a escola passou a reformular suas ações e práticas pedagógicas no tange à avaliação do processo ensino e aprendizagem, tanto que nesse mesmo documento, aponta sugestões de melhoria do processo avaliativo, desvencilhado do formato tradicionalista, no sentido de realizá-la de forma possível. Pretendia construir, dentre outras:

- Uma avaliação entendida pelos seus agentes (professores, alunos, direção, pais) como um processo gradual e progressivo, a serviço do sucesso escolar. [...]
- Uma avaliação diagnóstica em que se faça julgamento entre a realidade concreta e a desejada tendo como base os pressupostos político, filosófico e a prática pedagógica. [...]
- Uma avaliação assumida como ato político por professores, alunos. Nesta perspectiva a avaliação adquire poder transformador, na medida em que aponta as falhas e a via para a superação. (COLUN, 1994, p. 19)

Observa-se no documento supracitado, avanços nas concepções formativas do processo ensino e aprendizagem dos educandos, para além da avaliação tradicional, que deve ser objeto de revisão e reflexão constante, como pode-se perceber no Colégio Universitário, através do novo Regimento Interno, em vigor, de 2017, aprovado pela Resolução Nº 284/2017 (COLUN, 2017).

De acordo com a Resolução Nº 284, no Art. 96, diz que: “A avaliação do desempenho do aluno se dá de forma processual, cumulativa e diagnóstica com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos” (COLUN, 2017). Segundo Hoffmann (2008), a avaliação processual compreende o acompanhamento do processo de construção de conhecimento, prevendo a ação, que acontece diariamente em sala de aula. É, portanto, o desenvolvimento cognitivo do educando no seu processo sócio-histórico (VYGOTSKY, 1993).

O novo Regimento Interno, além de compreender a avaliação processual, cumulativa e diagnóstica, ressalta os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, no sentido de não aferir apenas notas/conceitos, mas de avaliar a partir da apreensão da complexidade que o processo ensino e aprendizagem pode apresentar (COLUN, 2017). Para isso, utiliza-se de instrumentos avaliativos diversificadores, no sentido de apreender esse processo em seus limites e dificuldades para reconduzir, reencaminhar as ações e contribuir para a qualidade dos resultados nesse constructo (LUCKESI, 2022).

Nessa perspectiva, o Regimento Interno do COLUN viabiliza, apontando instrumentos avaliativos que coadunam para a apreensão desse processo, utilizando-se de: trabalhos de pesquisas; provas objetivas e/ou discursivas; relatórios; debates; e seminários, dentre outros (COLUN, 2017).

Vale ressaltar que a avaliação do COLUN, mediatizada por tais instrumentos, ocorre nos quatro períodos do ano letivo, sendo utilizados, no mínimo, três por período (trabalhos individuais, em grupos na classe e extraclasse e provas), aos quais atribui-se os respectivos pesos: a) Trabalhos de pesquisas (02 pontos); b) Produção (02 pontos) e, c) Prova (06 pontos), totalizando 10 (dez) pontos. (COLUN, 2017).

No caso da Prova, o docente pode substituí-la por outra atividade avaliativa, desde que alcance os objetivos traçados pelo conteúdo programático e que seja mais propícia à verificação da aprendizagem, ou seja, não há engessamento, mas flexibiliza-se tais instrumentos de avaliação.

Outrossim, as avaliações do COLUN são programadas pelo Núcleo Técnico Pedagógico (NTP), com data de realização por período e, devidamente, registradas no calendário escolar, após aprovação pelo Conselho Diretor.

Diante dessa forma de avaliar, o Colégio Universitário, não visa fazer uma ou outra mudança sem reflexão, mesmo porque esta não depende apenas de um indivíduo, mas da coletividade, dado que os sujeitos vivem em contextos históricos que limitam suas ações em vários aspectos (VASCONCELLOS, 2003).

Sendo assim, a instituição se propõe a construir um processo avaliativo compromissado com a aprendizagem de todos os educandos, com mudanças, inclusive, na prática docente, com uma nova intencionalidade, numa autêntica práxis transformadora. Segundo Vasconcellos (2008, p. 60).

[...] a efetiva mudança de mentalidade vem articulada a uma mudança de prática; [...] ou seja, o maior objetivo do professor não deve ser o de saber o quanto o aluno sabe, mas sim o de garantir a aprendizagem de **todos** (grifo do autor).

Entende-se que a efetiva mudança de mentalidade traz uma nova concepção de avaliação, que não está a serviço da reprodução, mas que se manifesta no movimento de construção do conhecimento transformador, porque avaliar “[...] é acompanhar o processo de construção do conhecimento (HOFFMANN, 2008, p. 152), cuja principal finalidade “[...] é ajudar a garantir a formação integral do sujeito pela mediação [...]” (VASCONCELLOS, 2008).

Em suma, as concepções de ensino, currículo, planejamento e avaliação nos pressupostos pedagógicos do Colégio Universitário sinalizam para uma formação baseada na tríade AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO, tríade esta, pensada, refletida, redimensionada do corpo docente sobre o discente e vice-versa, no sentido de possibilitar sujeitos interativos, reflexivos, autônomos, numa perspectiva dialética. E é nesse âmbito que o COLUN se organizou e estruturou, com seus níveis e modalidades de ensino.

3.4 Organização e Estrutura de Ensino (Níveis e Modalidades de Ensino)

A educação básica brasileira, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu título V, Capítulo I, trata dos níveis e das modalidades de educação e ensino. A educação básica é formada pelos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (COLUN/UFMA), a organização por nível de ensino é formada por: a) anos iniciais do Ensino Fundamental (5º ano); b) anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano); c) Ensino Médio regular (1º ao 3º ano); d) Ensino Médio Integrado ao Técnico - Educação Profissional (Técnico em Administração e Técnico em Meio Ambiente) e, e) técnico subsequente (Técnico em Enfermagem).

Quadro 1 - Estrutura do Colégio Universitário por nível de ensino.

NÍVEL DE ENSINO	ANOS OFERTADOS
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	5º ano
Ensino Fundamental – Anos Finais	6º ao 9º ano
Ensino Médio Regular	1º ao 3º ano
Ensino Médio Técnico Integrado <ul style="list-style-type: none"> • Técnico em Administração • Técnico em Meio-Ambiente 	1º ao 3º ano
Técnico Subsequente	Técnico em Enfermagem

Fonte: Comissão do Projeto Político Pedagógico do COLUN, 2022.

Dos dados do Quadro 1, acima elencados, a Educação Básica constitui-se do ensino fundamental e do ensino médio regular, com suas concepções e objetivos, dispostos no item seguinte.

3.4.1 Educação Básica: Ensino Fundamental e Ensino Médio Regular

O **Ensino Fundamental** é concebido a partir do objetivo da formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Artigo 32, LDB).

O **Ensino Médio**, etapa final da educação básica, conforme a LDB em seu artigo 35, tem como finalidade: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A **Educação Profissional Técnica de nível médio**, organizada a partir da seção IV-A, no artigo 36-B da LDB pode ser desenvolvida nas formas: I - articulada com o ensino médio; II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. A educação profissional de nível médio deverá observar os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (Parágrafo único, Art. 36-B, LDB). No COLUN a educação profissional técnica de nível médio articulada é desenvolvida de forma integrada, conforme o inciso I do artigo 36-C da LDB, a saber: integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

Além da Educação Básica, a instituição também oferece Educação Profissional, que é desenvolvida inerente às especificidades dos cursos.

3.4.2 Educação Profissional: Técnico Integrado e Técnico Subsequente

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica. No COLUN, a educação profissional é composta pelos cursos integrado Técnico em Administração e Técnico em Meio-Ambiente; e o curso subsequente Técnico em Enfermagem.

A concepção de educação profissional do COLUN tem por base a proposta de desenvolvimento do Ensino Médio integrado à Educação Profissional técnica de nível médio,

possibilitada pelos Decretos nº 5.154/2004 e nº 8.268/2014, o qual autoriza a integração curricular entre o Ensino Médio e a educação profissional tendo vista a promoção e desenvolvimento da formação integral dos educandos.

A proposta de integração entre a Educação Profissional e o Ensino Médio consubstancia-se pelo estabelecimento da relação conhecimento-trabalho, teoria-prática. Nesse sentido, objetiva uma educação politécnica cujo horizonte “deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção e não o mero adestramento em técnicas produtivas” (FRIGOTTO; CIAVARRA; RAMOS, 2005, p. 35).

Nesse sentido, a concepção de ensino integrado pressupõe a educação geral como indissociável da educação profissional, onde se dá a formação para o mundo trabalho.

Um dos maiores desafios que se colocam para as escolas que implementam os cursos integrados é a implementação do currículo integrado, haja vista que inúmeros trabalhos acadêmicos (OLIVEIRA, 2013; BRAZ, 2014; DINIZ, 2016) tem demonstrado que, ao invés de um currículo integrado, as escolas desenvolvem dois currículos justapostos e fragmentados, em disciplinas isoladas. Integrar não compreende a soma dos currículos e/ou das cargas horárias referentes ao Ensino Médio e às habilitações profissionais, mas sim relacionar, internamente à organização curricular e do desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, conhecimentos gerais e específicos; cultura e trabalho; humanismo e tecnologia (RAMOS, 2010).

Outra dificuldade quanto à implementação da proposta de educação profissional integrada consiste nas modificações trazidas pela Lei nº 13.415/2017 (Novo Ensino Médio) que, ao flexibilizar o currículo, estabeleceu a formação técnica e profissional como um dos itinerários formativos.

Acredita-se que a flexibilização curricular proposta por essa reforma e incorporada pela BNCC (2018) resultará na dicotomização entre a educação profissional e as trajetórias formativas em linguagens, matemáticas, ciências da natureza e humanas, reforçando a ideia de separação entre teoria e prática e fortalecendo o histórico dualismo educacional. Nesse sentido, rompe com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2012), que defendem a integração dos currículos escolares de base geral e profissionalizante, conforme adverte Alencar (2020):

[...] além mais de não conter uma proposta de formação integrada, a reforma afronta radicalmente o Ensino Médio Integrado, ao promover a redução da carga horária da formação geral para 1800 horas, a não obrigatoriedade das disciplinas de ciências humanas e sociais ao longo do ensino médio, a separação da educação

básica da profissional e a transformação desta em um dos itinerários formativos (ALENCAR, 2020, p.139).

Estas novas demandas educacionais exigiram que o Colégio Universitário se posicionasse no sentido de garantir a continuidade e fortalecimento da proposta de formação integrada, a partir das ações de reformulação do Projeto Político Pedagógico e revisão das matrizes curriculares do Ensino Fundamental, Médio e da Educação Profissional atualmente em curso.

Tais ações caminham no sentido de promover uma educação de qualidade, embasada na formação humana e no processo de inclusão de todos os estudantes nas diversas modalidades de ensino, como a Educação Especial.

3.4.3 Educação Especial

A educação constitui-se direito de todos e dever do Estado e da família, garantida no Art. 205, da Constituição Federal de 1988, e para além dessa garantia a sociedade precisa promover e incentivar o pleno desenvolvimento da pessoa humana em caráter colaborativo, de forma a prepará-la para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Corroborando com tal preceito constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, certifica, em seu Art. 2º, que tal educação deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Contudo, a despeito das prerrogativas legais postas, alguns segmentos educacionais não têm desfrutado historicamente dessas garantias na sua integralidade, dentre estes encontra-se os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Nesse contexto, a Educação Especial se posiciona como campo de conhecimento com o objetivo de assegurar os direitos constitucionais desse segmento. Segundo a Lei nº 9.394/96, constitui-se como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e demais modalidades da educação nacional (BRASIL, 1996).

Enquanto modalidade de ensino, a Educação Especial é ofertada desde o início da escolarização, por todo o percurso formativo do ser humano, disponibilizando currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas para atender às necessidades educacionais do público-alvo do referido segmento (BRASIL, 1996).

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Maranhão (COLUN/UFMA) tornou-se uma escola referência em Educação Inclusiva para a sociedade no que tange ao

atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), após a instituição, em 2005, do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEE/COLUN/UFMA), possuindo papel central nesse processo. As exigências de uma educação inclusiva vêm ampliando constantemente os desafios ao COLUN/UFMA. Visto que as demandas de atendimentos específicos para os estudantes PAEE crescem constantemente como marca do direito indispensável à educação.

Segundo o Regimento do COLUN, o NAPNEE deverá ser composto por uma equipe multidisciplinar, entre estes: professores do atendimento educacional especializado; pedagogo com especialização em psicopedagogia ou neuropsicopedagogia; psicólogo escolar; assistente social; fonoaudiólogo escolar; profissionais de apoio de inclusão escolar – cuidador; profissionais de apoio de inclusão escolar – monitor; revisor Braille; transcritor Braille; tradutor/intérprete de LIBRAS (COLUN, 2017).

De acordo com o Decreto 7.611/2011, o Atendimento Educacional Especializado “[...] deve integrar a proposta pedagógica da escola” (BRASIL, 2011, s/p.), constituindo-se um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, de caráter complementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais e, suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011, s/p.).

Nesse sentido, o Colégio Universitário iniciou os primeiros atendimentos educacionais especializados em 2012, com os estudantes público-alvo da Educação Especial. Após três anos, em 2015, foi inaugurada a Sala de Recursos Multifuncionais – SRM do COLUN, constituída por professoras do quadro docente e dois técnicos específicos do NAPNEE (transcritor de braile e tradutora intérprete de língua de sinais), sendo um desses técnicos, ex-aluno do COLUN com deficiência visual (FIGUEREDO, 2020).

Em 2016, o COLUN foi a primeira instituição federal a realizar concurso público para docente do Atendimento Educacional Especializado, recebendo, no ano seguinte, duas professoras (FIGUEREDO, 2020). E, em 2019, integrou a equipe de professores, outro profissional, mediante redistribuição. No presente ano, a equipe constitui-se de três docentes do AEE e um técnico transcritor braille. Em relação aos alunos público-alvo da Educação Especial - PAEE, atendidos pelo AEE, consta por alunos com deficiência física, intelectual, visual, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

Além do atendimento aos alunos PAEE, a equipe do NAPNEE/AEE desenvolve

outras ações, tais como: acompanhamento aos docentes do ensino comum do COLUN, atendimento às famílias dos alunos PAEE, projetos pedagógicos inclusivos, ações intersetoriais, acompanhamento aos estagiários, bem como formação continuada docente e à comunidade.

3.5 Ensino, Pesquisa e Extensão

Nesta seção, o Projeto Político Pedagógico do COLUN apresenta a organização e estrutura do ensino, da pesquisa e da extensão, numa concepção articulada das dimensões que configuram a universidade, compreendendo as características específicas do Colégio Universitário, fundamentando-se nos marcos legais e nos documentos normativos da universidade, na qual o COLUN faz parte.

Em seu artigo 207, a Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que deve constituir a essência da universidade. Segundo a carta magna,

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

Tal princípio, apesar de endossado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, em seus artigos 43, 44 e 45, não teve, no texto da Lei, o aprofundamento necessário para explicitar o seu caráter abrangente, que ultrapassa a mera questão conceitual ou legislativa. As universidades, dispendo de sua autonomia, elaboraram suas Resoluções, Regimentos e Estatutos indicando previsão para a formulação da organização do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Na perspectiva educacional, a compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem caráter paradigmático, epistemológico e político-pedagógico, “uma vez que está relacionada às suas funções sócio educacionais e à razão existencial das universidades, que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação” (REIS; MOURA, 2017, p.1).

A concepção de indissociabilidade, construída no bojo dos movimentos sociais (CATANI; OLIVEIRA, 2002), é a de integralidade, na qual as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem ocorrer de forma integrada, como se fossem cada uma delas parte de um todo homogêneo, e não de forma fragmentada, estanque ou dissociada. O Estatuto da UFMA

(Resolução Nº 361 - CONSUN, de 08 de novembro de 2021), em seu artigo 3º, inciso II, estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípios da instituição: “O ensino, a pesquisa e a extensão, funções básicas da Universidade, são exercidos de modo indissociável, com o objetivo de garantir ao processo educacional: unidade de orientação, transmissão, investigação e aplicação de conhecimentos (Art. 93)”. Ainda, em seu artigo 95, o Estatuto prevê as modalidades ofertadas pela universidade considerando a educação básica, técnica e tecnológica: “A Universidade oferece as seguintes modalidades de Cursos e Programas: Educação Básica, Técnica e Tecnológica, Graduação, Pós-Graduação, Extensão e Sequenciais”. (Nova redação renumerada do art. 41 pela Resolução nº 361- CONSUN-2021 (UFMA, 2021).

A consolidação da articulação do ensino, pesquisa e extensão ainda se constitui como um desafio, exatamente pela sua natureza epistemológica e político-pedagógica, que traz em si um ideário de educação e de sociedade. Acerca disso, Gonçalves (2015, p. 1232) afirma que:

Se a Indissociabilidade for contemplada de forma isolada, corre-se o risco de considerá-la como em si mesma e não como meio para consolidação de um certo projeto de Universidade, nesse caso, pública, no qual há um determinado sentido de formação e de produção de conhecimento.

Em vista disso, é essencial que os Colégios de Aplicação e também Escola Técnica, no caso do COLUN, como parte da Universidade, por meio dos sujeitos que a constitui, mantenha uma relação contínua com a sociedade, no sentido de atender às demandas sociais, bem como de autorreflexão crítica, como forma de garantir a contínua aproximação entre universidade e sociedade.

O Colégio Universitário se insere nesse contexto, na prestação de serviço social de caráter emancipatório, demarcando uma formação junto à sociedade em suas múltiplas ofertas, tanto quanto educação básica como também educação técnica e profissional. Como sustentação organizativa e de estrutura, temos os fundamentos do ensino, da pesquisa, extensão para o Colégio Universitário da UFMA.

O **ensino** deve ser considerado como parte de todos os aspectos da vida escolar, sobretudo pela concepção de colégio de aplicação e escola técnica vinculada à universidade em seus aspectos de formação no contexto da educação básica e na formação docente (estágios supervisionados e programas/projetos para esta dimensão da função social).

O COLUN, como parte de seus objetivos, visa o desenvolvimento da formação integral para o aprimoramento das capacidades de seus educandos, preparando-os para o

mundo do trabalho e para o livre exercício da cidadania (COLUN, 2017). O ensino está articulado com as práticas em sala de aula, vivências, visitas-técnicas, projetos, eventos e demais atividades que busquem a construção de práticas educativas adequadas às necessidades socioculturais da realidade brasileira, com bases nos princípios já destacados na seção 3, em sua subseção 3.1.

A prática e a natureza da **pesquisa** é calcada em relações de reconhecimento de saberes bem como protagonismo de sujeitos inseridos, rompendo com privilégios de mercado ou matrizes de conhecimento que reforcem as hierarquias e privilégios, pois é um “[...] instrumento de desenvolvimento soberano – científico, tecnológico, cultural, artístico, social e econômico – do país, não podendo ser submetida a critérios de produção industrial ou de mercado, devendo respeitar as condições específicas das diversas áreas do conhecimento no desenvolvimento do trabalho acadêmico” (ANDES, 2013, p. 20).

Conforme o Estatuto da UFMA (2021), em consonância com o que prevê a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece os princípios da **liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a tecnologia, a arte e o saber** (Art. 3, inciso III); contribuir para o **desenvolvimento dos diversos ramos do conhecimento**, por meio do **ensino, da pesquisa e da extensão** (Art. 4º, inciso IV); **desenvolver e difundir a pesquisa científica**, objetivando o avanço do conhecimento teórico e prático, em seu caráter **universal e autônomo**, contribuindo para a **solução dos problemas sociais, econômicos e políticos**, nacionais e regionais, e para a **elevação do nível de vida do povo brasileiro** (Art. 4, inciso VI). (UFMA, 2021)

O mesmo documento normativo da instituição acrescenta que a definição das políticas internas de produção científica e tecnológica deve considerar quatro dimensões: a) a valorização e respeito às características, vocações e necessidades regionais das diversas áreas de conhecimento; b) a manutenção do caráter público dos novos conhecimentos científicos e tecnológicos; c) a priorização de projetos integrados e interinstitucionais; e d) os interesses da formação acadêmica, nas diferentes modalidades de cursos e programas de educação superior (UFMA, 2021).

A educação e processo de ensino e aprendizagem estão articulados nas demandas da sociedade e dos sujeitos, uma vez que no âmbito da **extensão** temos as possibilidades das trocas de saberes e processos formativos dialéticos. Nesse sentido, a extensão é configurada como elo das práticas pedagógicas em suas múltiplas linguagens e das possibilidades de

múltiplos reconhecimentos presentes em diferentes espaços geográficos da sociedade, suas determinações e construção de saberes.

Como parte da finalidade da universidade, a UFMA assegura o desenvolvimento da extensão como processo educativo, cultural e científico, aberta à participação dos diversos segmentos da sociedade, viabilizando-a na articulação ensino-pesquisa (Art. 4º, inciso XII) (UFMA, 2021). Como concepção, a extensão universidade é entendido como cursos e serviços definidos em programas e projetos específicos. Em especial, em suas Seção III, o Estatuto prevê:

Art. 107 A extensão universitária, aberta à participação da população, compreende cursos e serviços definidos em programas e projetos específicos. (Renumerado do art. 55 pela Resolução nº 361-CONSUN-2021)

Art. 108 Os cursos de extensão têm por objetivo a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica. (Renumerado do art. 56 pela Resolução nº 361-CONSUN-2021)

Art. 109 Os serviços de extensão são prestados sob formas diversas, tais como assessorias, atendimento de consultas, realização de estudos, elaboração ou orientação de projetos, parcerias em matérias científica, técnica, educacional, artística e cultural. (Renumerado do art. 57 pela Resolução nº 361-CONSUN-2021)

Art. 110 Os serviços e cursos de extensão são planejados, executados e avaliados pelas Unidades e Subunidades Acadêmicas, por iniciativa do docente ou solicitação de interessados, e submetidos à aprovação nas instâncias competentes. (Nova redação renumerada do art. 58 pela Resolução nº 361-CONSUN-2021) (UFMA, 2021, p. 49-50).

A extensão deve ter como objetivo a identificação e acompanhamento de problemas sociais relevantes e promover trocas de experiências de saberes entre a universidade e a sociedade. “As ações advindas desses projetos devem ser gratuitas e seus resultados, mesmo quando fruto de convênios, devem ser publicizados sem restrições, permitindo a sua apropriação pela sociedade.” (ANDES, 2013, p. 20).

Como parte da estrutura do Colégio Universitário, é de responsabilidade da Coordenação de Projetos, Pesquisa e Extensão (COPPEX) a organização e acompanhamento dos projetos elaborados e desenvolvidos por servidores do COLUN. Os projetos são institucionalizados a partir dos procedimentos: 1) submissão, via formulário eletrônico, à Coordenação de Projetos, Pesquisa e Extensão, do Colégio Universitário (COPPEX-COLUN), seguindo o modelo disponibilizado no site do COLUN; 2) avaliação favorável, mediante parecer (que deverá ser elaborado em formulário próprio – Avaliação de Projetos COLUN/UFMA) da comissão científica; 3) Homologação pelo Conselho Diretor do Colégio Universitário (CD-COLUN), mediante submissão apresentada pela COPPEX-COLUN.

Os projetos elaborados e desenvolvidos por servidores do COLUN, deverão apresentar Relatório Final referente à conclusão do projeto, seguindo o modelo disponibilizado no site do COLUN, no prazo máximo de um (01) mês após a data de término da execução do projeto.

Como característica específica do COLUN, alguns projetos possuem interdimensões pela natureza do Colégio de Aplicação e Escola Técnica tendo, em alguns casos, atividades que não se configuram apenas como ensino, ou como pesquisa ou como extensão. Desse modo, a natureza dos projetos, programas, vivências, visitas, eventos podem apontar interações com a configuração ensino-pesquisa, ensino-extensão, extensão-pesquisa, pesquisa-ensino-extensão.

3.6 Equipe Pedagógica

O Colégio Universitário possui 112 servidores efetivos, sendo 86 docentes, organizados neste documento por áreas de conhecimentos na estruturada Educação Básica, Técnica e Tecnológica – EBTT, bem como 25 técnicos-administrativos¹⁵. Os quadros (2-10) apresentam os nomes dos servidores, a titulação e os respectivos cargos, abaixo elencados:

Quadro 2 - Docentes da áreas dos Anos Iniciais do Colégio Universitário.

DOCENTE	TITULAÇÃO
Aldenora Resende dos Santos Neta	Mestrado
Claudia Simone Carneiro Lopes	Mestrado
Fernanda Lopes Rodrigues	Mestrado
Joice Fernanda Pinheiro	Mestrado
Karina Cristina Rabelo Simões	Mestrado
Maria Jandira de Andrade	Mestrado

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

¹⁵ Dados coletados até 20 de fevereiro de 2023.

Quadro 3 - Docentes da área de Linguagem do Colégio Universitário.

DOCENTE	TITULAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR
Ana Maria Lima Cruz	Doutorado	Educação física
Antonio Higor Gusmão dos Santos	Mestrado	Educação física
Beatriz de Jesus Sousa	Mestrado	Arte/visuais
Camila Fernanda Pena Pereira	Mestrado	Educação física
Carolina da Silva Portela	Mestrado	Língua portuguesa
Conceicao de Maria Barbosa de Araujo	Mestrado	Francês
Danielle de Sousa Bahury Moraes	Mestrado	Língua portuguesa
Daniele Gomes Mendes	Mestrado	Língua portuguesa
Ednete Gomes Monteiro	Mestrado	Língua portuguesa
Eliza de Oliveira Rocha	Mestrado	Arte/música
Emnielle Pinto Borges Moreira	Mestrado	Educação física
Fabyana Ribeiro Ferreira Bernardes	Mestrado	Educação física
Patrícia Fortes de Almeida	Mestrado	Educação física
Fernanda Vanessa de Jesus da Silva	Mestrado	Computação
Joaquim Ribeiro de Sousa Filho	Especialização	Francês
Jorge Milton Ewerton Santos	Mestrado	Arte/teatro
Larissa Melo Chaves	Mestrado	Arte/dança
Ludmila Portela Gondim Braga	Doutorado	Língua portuguesa
Marcone Antônio Dutra	Mestrado	Artes/visuais
Maria Teresa Rabelo Rafael	Doutorado	L.port./francês
Marinez de Souza Tamburini Brito	Mestrado	Espanhol
Micael Carvalho dos Santos	Mestrado	Arte/música
Nelio Alves Guilhon	Especialização	Computação
Odlá Cristianne Patriota Albuquerque	Mestrado	L.port./inglês
Ofliza Vieira da Silva Rios	Doutorado	Língua portuguesa

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

Quadro 3 - Docentes da área de Linguagem do Colégio Universitário.

DOCENTE	TITULAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR
Raimundo Nonato Ferreira dos Santos	Especialização	Língua portuguesa
Raquel Pires Costa	Doutorado	Inglês
Samya Helena dos Santos Ribeiro	Especialização	Inglês
Thiago Augusto dos Santos de Jesus	Doutorado	Espanhol
Virginia Maria de Amorim Moreira Goncalves	Especialização	Inglês

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

Quadro 4 - Docentes da área de Ciências Humanas do Colégio Universitário.

DOCENTE	TITULAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR
Bartolomeu Rodrigues Mendonca	Doutorado	Sociologia
Claudio Anselmo de Souza Mendonça	Doutorado	Geografia
Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovila Luz	Doutorado	Filosofia
Dirce do Socorro Ribeiro Alves	Mestrado	História
Edna Selma David Silva	Doutorado	Filosofia
Edson Amaral de Oliveira	Especialização	História
Janilson Jose Alves Viegas	Doutorado	Filosofia
Jose de Arimatea Abreu	Especialização	Geografia
Karlene Carvalho Marinho de Araujo	Mestrado	Sociologia
Luiz Alberto Ferreira	Mestrado	História
Mariana Leis Balsalobre	Mestrado	Geografia
Paulo Sergio Castro Pereira	Mestrado	História
Raimundo Inacio Souza Araujo	Doutorado	História
Raimundo Nonato Silva Junior	Mestrado	Sociologia
Raimundo Pedro Nery dos Santos	Especialização	Geografia
Saulo Barros da Costa	Doutorado	Geografia

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

Quadro 4 - Docentes da área de Ciências Humanas do Colégio Universitário.

DOCENTE	TITULAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR
Thiago Lima dos Santos	Doutorado	História
Ulisses Denache Vieira Souza	Mestrado	Geografia

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

Quadro 5 - Docentes da Área de Ciências da Natureza do Colégio Universitário.

DOCENTE	TITULAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR
Ana Carolina Abrao Neri	Doutorado	Ciências/biologia
Ione Marly Arouche Lima	Mestrado	Biologia
Jaldyr de Jesus Gomes Varela Junior	Doutorado	Química
Jose Alberto Pestana Chaves	Doutorado	Química
Jose Angelo Cordeiro Mendonca	Mestrado	Biologia
Jose Leoncio Pinto Dominici	Mestrado	Física
Leidiane Caroline Lauthartte	Doutorado	Química
Mahedy Araujo Bastos Passos	Doutorado	Ciências
Marcio Feres Leite	Mestrado	Biologia
Ricardo Andre Rocha Monteles	Doutorado	Biologia
Telesforo Reis de Assuncao Filho	Mestrado	Física

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

Quadro 6 - Docentes da área de Matemática do Colégio Universitário.

DOCENTE	TITULAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR
Alan Kardec Reis Paciencia	Mestrado	Matemática
Carlos Cesar Gomes Mendes	Mestrado	Matemática
Cristiane Cristina Sousa da Silva	Doutorado	Matemática
Luzia da Conceicao Azevedo Reis	Mestrado	Matemática

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

Quadro 6 - Docentes da área de Matemática do Colégio Universitário.

DOCENTE	TITULAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR
Ozeas Rodrigues Lobato Filho	Mestrado	Matemática
Sonia Rocha Santos Sousa	Mestrado	Matemática
Valdir Mendes da Silva	Mestrado	Matemática

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

Quadro 7 - Docentes dos Cursos Técnicos do Colégio Universitário.

DOCENTE	TITULAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR
Ana Caroline Pires Miranda	Doutorado	Administração
Benedita do Perpetuo Socorro Teixeira de Almeida	Especialização	Administração
Claudio Henrique Viegas Rodrigues	Mestrado	Administração
Fabio Augusto Garcez	Especialização	Administração
Licia Santos Buhaten Gemaque	Mestrado	Administração

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

Quadro 8 - Docentes do curso Técnico em Enfermagem do Colégio Universitário.

DOCENTE	TITULAÇÃO
Ana Caroline Silva Caldas	Mestrado
Daniel Ruan Alves Reis	Mestrado
Djayna Serra Nunes	Mestrado
Ilana Mirian Almeida Felipe da Silva	Doutorado
Jose de Jesus Dias Junior	Mestrado
Kely Nayara dos Reis Silva Figueredo	Mestrado
Rosana de Jesus Santos Martins Coutinho	Mestrado
Rosana Lopes Pires	Especialização

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

Quadro 9 - Docentes do Atendimento Educacional Especializado do Colégio Universitário.

DOCENTE	TITULAÇÃO
Alessandra Belfort Barros	Doutorado
Ana zilda dos Santos Cabral Figueredo	Mestrado
Paulo Roberto de Jesus Silva	Doutorado

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

Quadro 10 - Servidores Técnicos-Administrativos do Colégio Universitário.

TÉCNICO	TITULAÇÃO	CARGO
Alessandra Martins Ferreira de Abreu	Mestrado	Bibliotecário
Anilsia Maria Pontes Viana Pereira	Especialização	Assistente em Administração
Anizia Araujo Nunes Marques	Mestrado	Técnico em Assuntos Educacionais
Antonio Januario Amorim	Graduação	Servente de Limpeza
Cristiano Viegas Pereira	Mestrado	Administrador
Emanuele da Silva Freire	Graduação	Assistente de Alunos
Evelise Mendes Araujo Abreu	Especialização	Assistente em Administração
Joayth Aline de Moura Soares	Especialização	Psicólogo
Leonardo de Oliveira Souza	Graduação	Assistente em Administração
Luis Carlos Teles Vieira	Graduação	Técnico em Contabilidade
Luiza Carvalho de Oliveira	Mestrado	Pedagogo
Marcia Cristina Costa Pinto	Mestrado	Psicólogo
Maria Eleine Costa Salgado	Especialização	Administrador
Maria Lucia da Silva Costa	Ensino médio	Auxiliar Operacional
Marilea de Jesus Mendes Everton Pinho	Mestrado	Assistente Social
Mayk da Silva Machado	Especialização	Transcritor de Sistema Braille
Nilia Feitosa de Alencar	Mestrado	Pedagogo
Noe Nicacio Lima	Mestrado	Técnico em Assuntos Educacionais
Pedro Victor Chagas Ferreira	Especialização	Assistente em Administração

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.js

Quadro 10 - Servidores Técnicos-Administrativos do Colégio Universitário.

TÉCNICO	TITULAÇÃO	CARGO
Rosa Maria Correa Serra	Ensino médio	Servente de Limpeza
Sandra Maria de Mesquita Santos	Ensino médio	Assistente em Administração
Silvania Rabelo Brito	Especialização	Assistente social
Talita Soares Lago Duarte Costa	Mestrado	Nutricionista
Wilson Raimundo de Oliveira	Mestrado	Técnico em Assuntos Educacionais

Fonte: https://sigrh.ufma.br/sigrh/relatorios/form_relatorio_servidores_lotados.jsf

Conforme observamos, os docentes e técnicos-administrativos, acima elencados, compõem o quadro de servidores efetivos e substitutos, [no caso dos professores], com suas respectivas áreas e cargos desenvolvidos no Colégio Universitário. Esta equipe técnico-pedagógica desenvolve o trabalho educativo, no sentido de promover, qualitativamente, o processo ensino-aprendizagem dos estudantes.

Ao refletirmos sobre a educação e o trabalho docente percebe-se que educar não pode ser considerado um ato neutro, uma vez que é permeado de intencionalidades. Quem educa pretende alcançar um objetivo, e para tanto, opta por conteúdos, escolhe metodologias a serem desenvolvidas durante o processo de formação humana.

Nesse sentido, o/a educador/a também evidencia sua própria opção política, sua concepção de mundo, o que demonstra que educar é também um atopolítico, e que ultrapassa o simples ato de transferir conhecimentos através do ensino de conteúdos descontextualizados da realidade. Para se opor à essa concepção de educação, que denomina de bancária, o pensamento freireano propõe uma pedagogia libertadora (FREIRE, 1998), capaz de desenvolver a criticidade e a conscientização política, em direção à emancipação humana.

Com base nesse pensamento, somente se constrói uma práxis libertadora por meio da problematização da realidade, numa relação dialógica entreeducador e educando, sendo a autonomia um elemento fundamental na construçãodo conhecimento. E esse conhecimento deve estar sempre a serviço da transformação dessa própria realidade.

A escola pública para cumprir a sua função de ensinar a todos que a elatenham acesso, precisa da formulação de uma política comprometida com as transformações das

práticas pedagógicas subjacentes ao modelo tradicional de educação, em que subsiste uma concepção de relações autoritárias presentes na estrutura e organização escolar.

Os processos de gestão do trabalho pedagógico, numa concepção progressista de educação, o ato educativo tem por base os princípios democráticos, tanto de acesso quanto de permanência dos alunos de forma a garantir o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem na perspectiva emancipatória.

Assim, é no contexto de múltiplas determinações e desafios do trabalho educativo que o Projeto Político Pedagógico foi construído, contexto e desafios esses evidenciados nos últimos três anos, principalmente no período da pandemia de 2019.

4 COLÉGIO UNIVERSITÁRIO – COLUN: contextos e desafios

Neste item do PPP apresentamos o contexto do Colégio Universitário nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022) considerando o tempo de avanços mais recentes nas discussões sobre a construção da proposta pedagógica e por considerar o período de mudanças e movimentações que foram delineados alguns marcos educacionais na organização do COLUN.

O ano letivo de **2020** foi iniciado presencialmente no mês de janeiro com o Encontro Pedagógico, com o tema “A participação da família e suas implicações na formação humana”. O início das aulas ocorreu no início de fevereiro com a recepção dos alunos, após o período de férias coletivas. Em 29 de fevereiro foi realizado I Encontro Família/Escola do ano recepcionando as famílias e com diálogos sobre o andamento do ano letivo, os projetos a serem desenvolvidos e as orientações ao público ingressante.

Um novo acontecimento mundial se instalava no mundo com o surgimento do vírus SARS-CoV-2, que ocasionou a pandemia da COVID-19. Inicialmente afetou países asiáticos e europeus, mas rapidamente se alastrou por toda a parte do mundo, incluindo o Brasil. Nas condições iniciais de não compreender exatamente a letalidade do vírus e as formas de contágio, as instituições científicas indicaram a necessidade do isolamento social para a proteção da vida. Nesse contexto, em março, a gestão da escola em acordo com os órgãos superiores da universidade, divulga o Memorando/Circular 01/2020 – COLUN/UFMA suspendendo as aulas presenciais, estabelecendo um plano de ação que visava minorar os impactos decorrentes deste ato - o planejamento de atividades disponibilizados no SIGAA e

nas Coordenações de Ensino com atividades avaliativas referentes ao 1º bimestre. O mesmo documento ressaltava, porém, que as demais atividades de âmbito acadêmico de pesquisa, extensão, reuniões de áreas, planejamento, atendimentos e atividades internas (secretaria, Direção, Coordenações, DTP e demais órgãos do COLUN) funcionariam normalmente.

Os trabalhos presenciais foram suspensos na medida em que todos foram compreendendo o momento que o Brasil e o mundo vivenciava. O isolamento social foi indicado como forma de proteção individual e coletiva, dado as formas de contágio do vírus e, conseqüentemente, de mortes. O cuidado com a higiene e proteção da saúde física e mental foram indicados por várias entidades, instituições e órgãos como medidas de cuidado e proteção à vida.

No mês de maio, a UFMA lançou questionários online para os docentes, técnicos administrativos e discentes, fazendo um levantamento de informações sobre as condições da comunidade em relação à implantação do ensino remoto. As aulas do Colégio Universitário pararam, com exceções de alguns professores do 3º ano do Ensino Médio que continuaram o conteúdo remotamente com seus alunos, aproveitando os espaços virtuais.

Aos poucos os servidores do COLUN foram conhecendo as ferramentas ofertadas virtualmente para nossos encontros de área, reuniões pedagógicas e conselhos.

Nos meses de junho e julho, a UFMA ofereceu uma série de cursos e palestras remotas que serviu como capacitação à utilização de aplicativos e ferramentas online. Houve uma boa adesão dos professores aos cursos e aos poucos houve interação de tecnologias para a utilização no cotidiano do trabalho docente.

Em decorrência da suspensão das aulas presenciais, os recursos destinados à alimentação e aos auxílios transporte/alimentação foram convertidos em compra de chips para os alunos do COLUN, numa ação coordenada pelo Núcleo de Assistência Estudantil do Colégio Universitário – NAE/COLUN.

Em agosto de 2020, a equipe pedagógica do NTP apresentou aos professores o projeto transdisciplinar: "A humanidade somos nós", que deveria ser executado no restante do ano letivo. Para o projeto pedagógico, a escola apresentou uma proposta curricular pensada na transdisciplinaridade, visando reduzir o isolamento entre as disciplinas e estabelecer relações em torno de uma ideia integradora constituída pela valorização da vida, como princípio primordial para a efetivação de toda a ação educativa.

O projeto pedagógico emergencial foi organizado a partir das seções: 1) introdução, 2) justificativa; 3) objetivos; 4) Ideias para se pensar a escola: a função social da escola e o

contexto da pandemia; 4.1) pensando a trajetória: as dimensões do ensinar e aprender no contexto da pandemia; 4.2) O currículo do COLUN: concepções e práticas; 5) metodologia; 5.1) Iniciação; 5.2) Desenvolvimento do projeto; 5.2.1) Planejamento dos subtemas; 5.2.2) Execução dos subtemas; 5.2.3) Avaliação dos subtemas; 5.2.4) Modo de desenvolvimento das atividades; 5.2.5) Ações complementares; 5.3) Culminância do projeto; 6) Cronograma de Execução; 7) Recursos; 8) Avaliação do Projeto; Referências (COLUN, 2020).

O projeto destacou dois objetivos: a) desenvolver práticas pedagógicas diferenciadas (de forma presencial e não presencial) que garantam o acesso aos conhecimentos e saberes considerados fundamentais à formação dos sujeitos do processo educativo, no período da pandemia e, b) construir uma unidade de trabalho que possibilite ações educativas que garantam a qualidade do processo ensino aprendizagem, com base na formação humana. Como a escola já havia realizado o término do primeiro período, os demais foram desenvolvidos em 03 (três) subtemas: a) Refletindo sobre a vida (2º período); b) Reconstruindo a vida (3º período) e, c) Uma nova humanidade (4º período).

Além do Projeto Transdisciplinar, a escola estabeleceu uma Comissão para a elaboração de Diretrizes internas do ensino emergencial remoto e/ou híbrido para o ano letivo de 2020. As aulas foram retomadas no final do mês de agosto com as aulas remotas de forma síncrona pelo Google Meet e com atividades assíncronas no SIGAA.

Vale destacar que o COLUN, no ano de 2020, realizou a I Jornada Virtual dos Laboratórios de Ensino, bem como algumas *lives* transmitidas pelo instagram com temas transversais sobre a situação do isolamento no país e no mundo. Os encontros família-escola também foram realizados de forma remota, alguns pelo Google Meet e outros pelo canal do Youtube.

Nesse cenário alguns aspectos foram levados em consideração como a necessidade de melhoria da comunicação interna e externa da escola. Nesse sentido, o site foi atualizado, criou-se um canal no youtube e um instagram oficial do COLUN e os/as servidores/as, juntamente com o corpo discente passaram a utilizar os e-mails institucionais de forma mais orgânica.

O ano de **2021** foi inaugurado com o Encontro Pedagógico com mesas redondas e reuniões online. O tema do encontro foi voltado para as práticas curriculares da educação básica e da educação profissional. A avaliação do projeto transdisciplinar foi realizada de forma coletiva em plenárias e, ao final, em processo de votação foi decidido por maioria dos votos a permanência do formato remoto para as atividades de ensino do COLUN de forma

disciplinar, com 30 minutos para cada hora/aula. O restante do tempo (20 minutos) foi indicado para complemento com atividades assíncronas via SIGAA. A aula inaugural foi realizada de forma online pelo canal oficial do Youtube do COLUN¹⁶, com o tema “Sentidos do aprender a aprender em tempos de crise”.

Os projetos de pesquisas financiados pela FAPEMA e os projetos do PIBIC Júnior continuaram no formato remoto, assim como ocorreu no ano de 2020. Vale destacar que a quantidade de projetos no COLUN teve uma reduzida em virtude da suspensão das aulas e, sobretudo, pela situação do trabalho docente no contexto da pandemia.

No mês de junho, do dia 08 ao dia 10, foi realizada a II Jornada Virtual dos Laboratórios de Ensino do COLUN, com o tema “Linguagens, Educação e Tecnologias”, com conferência de abertura, oficinas, minicursos e aulas-abertas. A iniciativa reuniu servidores do COLUN/UFMA e convidados que, de forma multidisciplinar, intentam criar um espaço de produção e socialização dos conhecimentos desenvolvidos diuturnamente por meio de laboratórios, projetos didáticos, de ensino, de pesquisa e de extensão.

Em novembro, de 10 a 12, foi realizado o I Seminário de Projetos, Pesquisa e Extensão do Colégio Universitário (I SEMPPEX), com objetivo de socializar as experiências dos projetos realizados ou em andamento do Colégio Universitário, destacando a importância da pesquisa para a educação básica. Os eventos foram realizados de forma remota e parte da programação pode ser acessada pelo canal do Youtube (COLUN Oficial).

No mês de agosto de 2021 foram formadas as comissões de trabalho para a construção do Projeto Político Pedagógico e para a elaboração da Proposta Curricular, com a metodologia de composição formada pelas indicações de docentes por área de conhecimento (anos iniciais - 5º ano; Ciências da Natureza; Ciências Humanas; Matemática; Linguagens; Cursos Técnicos). As primeiras reuniões foram realizadas no segundo semestre de 2021 tendo discussões sobre as questões mais cruciais para a formulação do currículo, bem como a elaboração de material para as áreas se aprofundarem para, depois, a escola tomar posicionamento final em plenária.

Em setembro, dada a situação das condições físicas da escola, a partir do processo de retomada gradual de algumas atividades presenciais foram realizadas reuniões de área, reuniões de gestão, reuniões do conselho diretor, retomada de alguns projetos, atividades com o 3º ano do ensino médio, oficinas com alunos do 5º ano em eventos.

¹⁶ <https://www.youtube.com/c/OficialCOLUN>

No mesmo período tivemos a realização de concursos para professores efetivos do COLUN, nas áreas de Dança, Química e Pedagogia. O período também foi marcado pela continuidade da reforma da quadra poliesportiva e também pelo término da construção do refeitório. No Teatro o grupo Entrecena realizou algumas apresentações virtuais e presenciais representando a escola em festivais e mostras artísticas. O Grupo de Estudos e Pesquisas na Área do Atendimento Educacional Especializado (GEPAAE) realizou o I Encontro Nacional sobre Atendimento Educacional Especializado (ENAAE), de forma remota, reunindo dezenas de participantes na atividade. Por fim, o ano letivo teve atividade de aula da saudade com as turmas do 3º ano do ensino médio e os alunos que fazem parte do Coral Nossa Voz realizaram um recital natalino.

O ano de **2022** foi iniciado com o I Encontro Pedagógico - "Repensar a escola: planejamento, formação humana e desafios atuais" que se debruçou sobre as questões dos desafios para o retorno presencial das aulas. Em plenária, os servidores do COLUN decidiram por retomar o ano letivo com aulas presenciais seguindo os protocolos de biossegurança elaborados por uma Comissão destinada para essa demanda.

As eleições para a gestão da escola foram realizadas no primeiro trimestre de 2021 para os cargos de Direção Geral, Coordenação do Ensino Médio e Coordenação do Ensino Fundamental.

A comissão da Proposta Curricular deu continuidade aos encontros organizativos, tendo neste período elaborado ajustes na composição da equipe, além da institucionalização da coordenação, formada pela Divisão Técnico Pedagógica do COLUN (DTP). Além das reuniões e estudos da coordenação da comissão e reuniões gerais da comissão, foi realizada uma roda de conversa intitulada "Teorias Curriculares e educação escolar". A comissão do Projeto Político Pedagógico também realizou reuniões e divisões de tarefas para a construção do documento de identidade do Colégio Universitário da UFMA.

No novo cenário de retorno presencial, os projetos de ensino e de pesquisa (FAPEMA e PIBIC Jr.) se ampliaram no número de propostas e no número de oferta de bolsas para os estudantes do ensino médio. O Estágio Supervisionado também foi acompanhado de um aumento expressivo do número de estudantes das licenciaturas devido às atividades em sala de aula presencialmente.

O Colégio Universitário ampliou seu quadro de servidores com a inclusão de mais uma Assistente Social e de mais uma Psicóloga. Ainda, houve a incorporação de uma Nutricionista e de uma Assistente de Sala de Aula no seu corpo técnico.

No II Encontro Pedagógico, realizado no mês de agosto de 2022, as discussões centralizaram-se no tema da Proposta Curricular, com ênfase na matriz para o ensino fundamental. Importante destacar que o primeiro semestre foi marcado também pelas discussões por área de conhecimento considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento de caráter normativo e suas relações com os fundamentos legais constituídos ao longo das últimas décadas no Brasil e, ainda, considerando a função social dos Colégios de Aplicação e das Escolas Técnicas, bem como a autonomia didático-pedagógica. Neste encontro, os/as servidores/as do COLUN encaminharam a construção da proposta curricular para além dos documentos curriculares nacionais e, com isso, a Comissão da Proposta Curricular encaminhou questões para o debate nas áreas instituídas no Colégio Universitário da UFMA.

Neste cenário incomum que a pandemia impôs ao contexto educacional, os estudantes público-alvo da educação especial, no Brasil, estavam entre os que mais sentiam as pressões de um país desigual. Cientes dessa conjuntura, a equipe de educação especial do COLUN se debruçou sobre possibilidades de enfrentar as formas de exclusão manifestadas e ampliadas neste contexto pelo desenvolvendo um conjunto de ações inclusivas no âmbito do Colégio. Dentre elas podemos destacar a busca por manter o vínculo família-escola, mesmo no momento de suspensão total de aulas, por meio do diálogo contínuo mediado pela tecnologia (mensagens e telefonemas).

Nacionalmente se observava que as atividades inerentes ao AEE se davam, predominantemente, de forma assíncronas o que motivou a equipe do NAPNEE, após leituras e análises, elaborar duas Diretrizes relevantes e inéditas para o período de ensino remoto emergencial. As diretrizes para o funcionamento do AEE na pandemia possibilidades de atividades síncronas e assíncronas no contraturno dos alunos. As Diretrizes para práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular subsidiaram o desenvolvimento curricular no turno escolar dos alunos, servindo de suporte para os/as docentes do ensino comum.

Ressaltamos que nesse período, foi constituído o Grupo de Estudos e Pesquisas na área do Atendimento Educacional Especializado (GEPAAEE) com registro no diretório de grupos no CNPq. Tal grupo está composto por profissionais do Colun, outras instituições e estudantes. Em 2020, o GEPAAEE promoveu o I Encontro Nacional sobre AEE, evento com ministrado por profissionais e pesquisadores renomados de várias localidades do país, tendo a participação de mais de 2 mil pessoas das cinco regiões do país. Por fim, o NAPNEE

manter projetos existentes e elaborou novos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão fortalecendo o processo de inclusão escolar.

Em novembro de 2022 foi enviado aos discentes, servidores e famílias um questionário para a realização do diagnóstico do COLUN a fim de contribuir para as reflexões sobre a escola que temos e quais os principais desafios para o próximo período. Foi enviado, portanto, dois questionários: um para o conjunto dos servidores (enviado por e-mail institucional) e outro para discentes e famílias (divulgado em salas e em cartazes com acesso pelo QR Code nos espaços do COLUN).

Os questionários incluíram perguntas dentro das dimensões selecionadas para compor o quadro do Plano de Ação do PPP, a saber: Dimensão I (Infraestrutura), Dimensão II (Processo Ensino Aprendizagem), Dimensão III (Gestão Participativa), Dimensão IV (Função Social da Escola), Dimensão V (Orçamento), Dimensão VI (Gestão de Pessoas). Para os discentes e famílias, as dimensões V e VI não foram incluídas no questionário. Além dessas dimensões, foi incorporado ao final do arquivo, espaço para sugestão de outras dimensões¹⁷.

Na dimensão I, investigou-se acerca das dependências físicas (no que tange ao atendimento das necessidades do COLUN e da acessibilidade pelos estudantes Público alvo da Educação Especial), das condições uso e conservação dos recursos multimídia e acervo da biblioteca, do controle da entrada, permanência e saída dos alunos e da prevenção de danos ao patrimônio e às pessoas.

No que concerne às dependências físicas, os resultados dos questionários evidenciaram que biblioteca, refeitório, quadra de esportes, salas de aulas, auditório, secretária, coordenações de ensino e de gestão, salas de atendimento pedagógico, salas de atendimento psicológico e de assistência social, pátio, recepção/portaria, sala de professores ATENDEM às necessidades da escola; o que não ocorre com os banheiros, com os recursos de multimídia e com o serviço de xérox. Quanto aos laboratórios de Informática e de Ciências, Almojarifado e depósito de livros, os resultados divergiram: enquanto os servidores afirmaram que tais dependências NÃO SUPREM às necessidades da instituição, os estudantes e seus familiares concluíram que SATISFAZEM.

Os dados obtidos também ressaltaram que as dependências físicas do Colégio Universitário só permitem acessibilidade EM PARTE aos estudantes público alvo da

¹⁷ Para acessar os dados do questionário, utilize o link: <<https://drive.google.com/file/d/1FmpsQixG8H4jmAZT9-neETG0QjFj7k76/view?usp=sharing>>.

Educação Especial, evidenciando uma certa ‘restrição de acesso e uso’ e, portanto, necessidade de maiores adequações e investimentos nesse aspecto.

Tais resultados também revelaram o mau estado de conservação dos recursos multimídia e do acervo da biblioteca, apresentando-se como um problema a ser solucionado.

No que tange ao controle da entrada, permanência e saída dos alunos os dados contrastaram: enquanto os servidores afirmaram que tal controle precisa ser melhorado, os estudantes e seus familiares manifestaram satisfação.

Os dados obtidos também demonstram que não há garantias de segurança quanto à prevenção de danos ao patrimônio e às pessoas, evidenciando a urgência de ações institucionais nesse âmbito. Quanto à proteção contra incêndios, não houve consenso: enquanto servidores evidenciaram falhas/lacunas nesse aspecto; os estudantes e seus responsáveis mostraram-se satisfeitos. E, dessa forma, os dados demonstraram que a instituição apresenta razoáveis condições de infraestrutura e funcionamento.

Na dimensão II, que trata dos processos de ensino e aprendizagem, consultou-se acerca do ensino ministrado pela instituição, do caráter inclusivo do currículo implementado, dos acompanhamentos pedagógico, psicológico e da assistência social efetivados, das ações/atividades desenvolvidas e da forma de avaliação realizada pela escola.

Em relação ao processo de ensino e aprendizagem, os dados obtidos apontam satisfação quanto ao ensino oferecido pela instituição e que este, pautado em um currículo inclusivo, é capaz de preparar os estudantes para as avaliações externas e contribuir para sua boa formação. Ademais, revelam, em sua maioria, satisfação quanto aos acompanhamentos pedagógico, psicológico e da assistência social realizados pela escola e concordância quanto à forma de avaliação implementada.

Apesar desses resultados, é perceptível uma certa insatisfação, evidenciada no percentual dos que responderam NÃO/EM PARTE aos quesitos formulados sobre esse aspecto, o que demonstra necessidade de melhorias no processo educativo. Foi sugerida flexibilização nas pontuações dos itens avaliativos¹⁸, evidenciando a necessidade de ampla discussão com a comunidade escolar sobre a forma de avaliação realizada pela escola.

Sobre a Gestão Participativa, na Dimensão III, analisou-se a promoção pela instituição de espaços de participação da comunidade escolar e sobre as formas de comunicação utilizadas.

¹⁸ O processo avaliativo do COLUN é constituído de: Atividades de pesquisa e Produção Escrita, que valem 2,0 pontos cada; e Prova Escrita, equivalente a 6,0 pontos, totalizando 10,0 pontos.

Quanto ao esse aspecto, os dados obtidos revelam que a instituição promove inúmeros espaços de participação da comunidade escolar, entretanto, restou demonstrado lacunas na participação dos pais e/ou responsáveis na Associação de pais e dos estudantes no Grêmio Estudantil. Também apontam que as formas de comunicação utilizadas permitem a participação da comunidade escolar, sendo sugerido melhorias no site da instituição.

Na Dimensão IV, Função Social da Escola, optou-se por verificar a opinião da comunidade escolar o papel da escola.

No que concerne a função social da escola, a comunidade escolar do Colégio Universitário definiu que compete à instituição promover uma formação ética/cidadã com base no respeito às diferenças, desenvolver o pensamento crítico, reflexivo, ético e autônomo e preparar os estudantes para as avaliações externas e para o mundo do trabalho.

Ainda na Dimensão IV, consultou-se a comunidade escolar sobre a relação entre os conteúdos e as atividades desenvolvidas pela escola e a melhoria de atitudes, valores e condutas dos estudantes, bem como sobre as práticas de extensão desenvolvidas.

Quanto a esse aspecto, os dados apontam que os conteúdos trabalhos pela escola e as atividades pedagógicas implementadas tem contribuído para o aperfeiçoamento das atitudes, condutas e valores dos estudantes. Os servidores indicam a necessidade do estabelecimento de um ambiente de trabalho sadio pautado em relações saudáveis, harmônicas e construtivas entre os próprios profissionais da escola.

Ademais, os resultados demonstram que a instituição desenvolve projetos de extensão, atendendo a algumas necessidades da comunidade local; porém, são iniciativas individuais, tímidas e de alcance limitado, sugerindo a ampliação e aperfeiçoamento das práticas de extensão desenvolvidas.

Em relação ao Orçamento, Dimensão V, foi sondado o conhecimento dos servidores sobre a gestão do orçamento pelo COLUN, bem como a avaliação geral da gestão do orçamento.

No que diz respeito a esse critério, os resultados revelam que a maioria dos servidores da instituição não tem conhecimento sobre a gestão orçamento, tendo informações limitadas sobre as fontes dos recursos (CONDICAP/CONDETUF), evidenciando a necessidade de maior transparência e clareza quanto a essa questão. Apesar da carência de conhecimentos nesse âmbito, a gestão do orçamento escolar foi avaliada positivamente, sendo considerada “boa”.

Na última dimensão, VI, cuja temática tratou da Gestão de Pessoas, investigou-se questões relacionadas aos aspectos individuais e do ambiente de trabalho do servidor, bem como sobre a comunicação interna e oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional.

Os resultados apontam a existência de aspectos individuais que possam ser aprimorados para melhor desempenho do servidor, dentre os quais formações, capacitações, cursos de aperfeiçoamento profissional, treinamentos sobre os sistemas utilizados e sobre o programa de gestão implementado na universidade. Também foi evidenciado a necessidade da criação de mecanismos que evitem ou mitiguem o impacto das ausências e atrasos dos docentes e de espaços de interação entre os servidores.

Como aspectos do ambiente de trabalho que precisam ser melhorados foram levantados: melhor infraestrutura das salas de aula (a partir de reforma, limpeza, pintura, substituição do mobiliários e ajuste do controle de iluminação das janelas) e setores (disponibilização de computadores em bom estado de funcionamento, ar condicionado, bebedouros, banheiros diferenciados para servidores - por sexo), realização de manutenção e reparos em instalações e equipamentos, melhor disponibilização de recursos multimídia para estudantes e docentes, melhor conservação da higiene dos banheiros, aumento no quadro de servidores de forma a atender a demanda, medidas de segurança mais rígidas, a exemplo do controle de entrada e disponibilização de alimentação saudável aos servidores.

Foram sugeridas diversas melhorias na infraestrutura do prédio da escola, de modo a promover uma melhoria na qualidade de vida dos servidores, a exemplo da criação de um espaço de práticas corporais, espaços de vivências, espaços verdes para permitir contato com a natureza.

Os dados demonstram que o Colégio Universitário possui um ambiente de trabalho agradável, sendo, de modo geral, cooperativo, com relações amistosas entre os membros da comunidade escolar. Apesar disso, foi destacado a necessidade de maior interação entre os servidores, melhoria no relacionamento interpessoal tendo em vista a dimensão do trabalho coletivo que exige colaboração e integração entre os servidores professores, servidores técnicos e terceirizados.

Ademais, no que concerne a existência de condições ambientais e psicológica para o desempenho das atividades, os dados apontam satisfação pelos servidores. No entanto, foram apontadas como lacunas o acúmulo de funções e excesso de carga horária, o que pode comprometer o bom funcionamento da saúde mental.

Também foi constatado abertura e clareza na comunicação interna estabelecida na escola. Apesar disso, foram ressaltadas algumas lacunas quanto à comunicação sobre o calendário escolar e ausência de comunicação mais pessoal/direta e afetiva.

Quanto a motivação e reconhecimento dos servidores, os dados demonstram que a maioria dos servidores se sente motivada e valorizada em seu ambiente de trabalho.

Ficou evidenciado que a instituição oferece várias oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional por meio da possibilidade de afastamentos para cursos de pós-graduação, convênios com outros espaços institucionais no sentido de aprimorar a qualificação profissional dos servidores, participação em eventos nacionais, inscrição de projetos em editais externos à UFMA, oferecimento de cursos, palestras, etc. Foram sugeridas um aumento nas oportunidades de formações, devendo levar em consideração os horários de trabalho dos servidores.

5 PLANO DE AÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Nesta seção, não temos a intenção de explorar os significados da palavra “plano”. Contudo, vale lembrar que, dentre esses, um deles relaciona-se a “[...] projeto, desígnio, intenção, fito. ” (PRIBERAM, s/d, s/p.), ou seja, “[...] *plano* é palavra impregnada de promessa, que parece carregar, em si, a essência da renovação de práticas e de situações.” (BERENGUEL, 2021, p. 83). Sendo assim, o plano de ação, de forma geral, abrange diversificadas dimensões, em suas variadas áreas e segmentos de trabalho e, no campo escolar, não é diferente.

De um ponto de vista específico, o plano de ação do Projeto Político Pedagógico consiste na possibilidade da escola pensar de forma a projetar e conduzir o próprio percurso/itinerário de desenvolvimento formativo e, por conseguinte, a identidade sócio-educativa da instituição (BARBIER, 1996), embasados em seus princípios fundamentais e na sua implementação, execução, monitoramento, avaliação e reflexão processual de suas ações, que pode ser anual ou na periodicidade desejada.

Berenguel (2021) sinaliza para a tarefa de se construir um Plano de Ação, considerando a situação problemática no cotidiano do gestor escolar, pois, segundo a autora, ele precisa observar criticamente a realidade e planejar as ações de intervenção a partir da delimitação de objetivos compartilhados com o coletivo ao qual está inserido. Tal situação

problemática pode ir além da prática docente (SCHÖN, 2000), envolvendo incertezas e conflitos, inclusive, de natureza ética (BERENGUEL, 2021), bem como situações que surgem a partir da percepção das necessidades vividas pelos sujeitos pertencentes a um determinado grupo social.

Neste Projeto Político Pedagógico do COLUN, o plano de ação foi pensado numa vertente reflexiva, de análise das situações vivenciadas pelos professores, técnico-administrativos, representantes estudantis, familiares e/ou responsáveis, estagiários, dentre outros. Para tanto, utilizamos instrumentos de coleta de dados já mencionados na seção anterior, bem como em situações apontadas nos Conselhos de Classe, Conselho Diretor, Encontros Família-Escola, reuniões de áreas, dentro outros espaços de participação coletiva e escuta individual nos diversos setores da escola.

Com base no contexto de experiências vivenciadas, com situações-problema, conflitos externalizados e desafios a serem superados e alcançados, construímos um Plano de Ação do Projeto Político Pedagógico, contemplando seis dimensões (Infraestrutura, Orçamento, Gestão de Pessoas, Processo Ensino-Aprendizagem, Gestão Participativa e Função Social da Escola), com seus objetivos, metas, responsáveis e prazo de execução das metas pretendidas, a seguir.

Quadro 11 – Plano de Ação do Projeto Político Pedagógico do Colégio Universitário.

DIMENSÃO	OBJETIVOS	METAS	RESPONSÁVEIS
Infraestrutura	- Ampliar a infraestrutura geral da escola	- Construir um auditório com capacidade para 90 pessoas em cinco anos	- Gestão/Administração
		- Construir mais 06 (seis) salas de aula em até cinco anos	- Gestão/Administração
		- Realizar reforma dos vestiários e banheiros em até dois anos	- Gestão/Administração
		- Construção de mais 02 banheiros em até dois anos	- Gestão/Administração
	- Ampliar o espaço físico da Biblioteca	- Construir 03 cabines de estudos individuais e 02 cabines de estudos coletivos nos próximos 02 anos;	- Gestão/Administração
	- Readequar a estrutura dos Laboratórios	- Reformar o Laboratório de Informática no prazo de um ano	- Gestão/Administração
		- Adquirir Laboratórios móveis multimídia em até dois anos	- Gestão/Administração
		- Adquirir mobília para os Laboratórios de Humanas, Linguagens, Matemática, Ciências e Enfermagem no prazo de até dois anos	
		- Criar Laboratório Multifuncional para a Educação Profissional em até dois anos	
	- Criar espaços de vivência na escola	- Construção de espaços com mesas, bancos e recursos lúdicos em até três anos	- Gestão/Administração
	- Promover a acessibilidade no espaço da escola	- Instalar piso tátil, com contraste de cores, nas dependências da escola no prazo de um ano	- Gestão/Administração
		- Identificar os espaços da escola com placas em braile/fonte ampliada e mapa tátil no prazo de um ano	

Fonte: Comissão do Projeto Político Pedagógico do COLUN, 2022.

Quadro 11 – Plano de Ação do Projeto Político Pedagógico do Colégio Universitário.

DIMENSÃO	OBJETIVOS	METAS	RESPONSÁVEIS
Orçamento	- Promover a gestão participativa do orçamento escolar	- Apresentar relatório financeiro da escola anualmente em espaços coletivos da escola	Gestão, áreas e setores
		- Apresentar previsão orçamentária anual em espaços coletivos da escola	- Gestão/Administração
		- Aprimorar mecanismos de participação coletiva nos usos do recurso orçamentário anual por área e setores	- Gestão, áreas e setores
Gestão de Pessoas	- Desenvolver estratégias para valorização dos servidores	- Implementar ambientação com realização de curso, palestra e material informativo para o acolhimento de novos servidores a cada ingresso	- Comissão de Acolhimento/ Gestão
		- Promover homenagem aos servidores em processo de aposentadoria	Gestão e Comissão
	- Implementar ações para garantia do desenvolvimento de servidores	- Realizar convênios com outras instituições para a criação de Dinter e Minter no prazo de até 03 anos	- Gestão
		- Realizar, no mínimo, duas ações anuais (cursos, capacitação, programa de formação docente, dentre outros) para aprimoramento de desenvolvimento de servidores	- Gestão e Servidores
Processo Ensino-Aprendizagem	- Oferecer educação pública, de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada	- Aprovar, implementar e acompanhar a reformulação curricular do ensino fundamental, do ensino médio regular e do ensino médio técnico integrado, no prazo de 4 anos;	- Comissão da Proposta Curricular
		- Criar uma resolução de Estágio Supervisionado do COLUN, no prazo de um ano;	- Gestão, Comissão e Coordenação de Estágio
		- Revisar a proposta de Avaliação do COLUN, no prazo de um ano;	- Comissão de Avaliação

Fonte: Comissão do Projeto Político Pedagógico do COLUN, 2022.

Quadro 11 – Plano de Ação do Projeto Político Pedagógico do Colégio Universitário.

DIMENSÃO	OBJETIVOS	METAS	RESPONSÁVEIS
Processo Ensino-Aprendizagem	- Oferecer educação pública, de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada	- Redimensionar a proposta curricular do curso Técnico em Enfermagem, no prazo de um ano;	- DTP, Coordenação de Educação Profissional e Docentes do curso Técnico em Enfermagem
		- Ofertar cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu, indicando a criação de pelo menos um curso no prazo de três anos	- Gestão e servidores
		- Fortalecer a política de assistência estudantil, ampliando a oferta de pelo menos mais 50% do quantitativo de bolsas (transporte e alimentação), no prazo de dois anos	- Gestão e NAE
Gestão Participativa	- Fortalecer a gestão participativa no COLUN, envolvendo todos os segmentos que compõe a comunidade escolar	- Estimular a reativação da Associação de Pais, Mães e Responsáveis, com espaços formativos durante os Encontros Família-Escola	- Gestão e DTP
		- Desenvolver projetos de liderança estudantil, de forma anual	- DTP e Grêmio
		- Estimular o funcionamento do Grêmio, garantindo a autonomia do movimento estudantil, a partir do início de cada ano letivo	- NAE e Gestão
		- Garantir um dia por semana para cada área/setor destinado às reuniões, planejamentos coletivos e individuais.	- Gestão, Coordenações e DTP

Fonte: Comissão do Projeto Político Pedagógico do COLUN, 2022.

Quadro 11 – Plano de Ação do Projeto Político Pedagógico do Colégio Universitário.

DIMENSÃO	OBJETIVOS	METAS	RESPONSÁVEIS
Função social da escola	- Oferecer projetos de extensão que alcancem a comunidade em conformidade com a política e filosofia do COLUN;	- Ofertar, pelo menos, 04 projetos e/ou atividades de extensão por ano;	- COPPEX e Servidores
	- Desenvolver projetos de pesquisa que alcancem a comunidade em conformidade com a política e filosofia do COLUN;	- Incentivo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa que contribuam na melhoria social e repercutam educacional no COLUN	- COPPEX e Servidores
	- Desenvolver projetos de pesquisa que alcancem a comunidade em conformidade com a política e filosofia do COLUN;	- Realizar bianualmente seminário de divulgação e avaliação de projetos desenvolvidos na escola	- COPPEX e Servidores
	- Fomentar a qualidade da formação docente por meio do Estágio Supervisionado aos licenciandos.	- Realizar seminário anual de estagio supervisionado no COLUN;	- Coordenação de Estágio e Servidores

Fonte: Comissão do Projeto Político Pedagógico do COLUN, 2022.

6 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O processo avaliativo de um Projeto Político Pedagógico deve apoiar-se em princípios que traduzem sua identidade, em suas dimensões pedagógica, política e social, refletindo sobre a realidade cotidiana do espaço escolar.

Dentre os princípios que norteiam esse processo, enfatiza-se a consciência crítica, a participação da comunidade escolar interna e externa, a cooperação das esferas governamentais, bem como a autonomia, a responsabilidade e a criatividade coletiva (GADOTTI, 1998). Tais noções norteadoras embasarão as ações necessárias para a efetivação do PPP.

Acompanhar as atividades pedagógicas e avaliá-las conduz à reflexão, com base em dados e informações concretas sobre como a escola organiza-se para colocar em ação o seu projeto político-pedagógico orientado e coordenado por um processo de gestão democrática. Considerando a avaliação dessa forma integradora, é possível fazer duas observações importantes: a primeira, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico; a segunda, ela permeia todo o processo de planejamento do projeto: a elaboração, a execução e a avaliação propriamente dita. A avaliação, na perspectiva formativa e crítica, pode ser instrumento de inclusão, de sucesso e, portanto, democrática. (VEIGA, 2013, p. 164).

Para tanto, o processo de avaliação deve organizar-se em três momentos, nos quais destaca-se a análise da realidade escolar e sua problematização, bem como sua compreensão crítica e posterior elaboração de proposições de ação coletiva (VEIGA, 2007).

O Projeto Político Pedagógico da escola como expressão de um macroplanejamento democrático precisa ser repensado periodicamente, a fim de assegurar sua avaliação processual e atualizações que se fizerem necessárias.

Tais atualizações não se reduzem a reproduzir modelos impostos externamente ao contexto escolar, mas que dialoguem com as novas exigências emergentes e ao mesmo tempo se mostrem na vanguarda dos princípios educacionais aqui defendidos coletivamente, como uma educação para humanização, emancipação, inclusiva e com cultura de paz.

Importante destacar que os espaços de construção da revisão deste documento devem assegurar a ampla participação da comunidade escolar, tais como representantes de segmentos, setores e áreas, além da gestão escolar. As assembleias e as jornadas pedagógicas, bem como as reuniões de áreas/setores

são espaços representativos para a tomada de decisão, bem como a revisão específica do documento.

Nesse cenário e dadas a complexidade educacional e as singularidades do Colégio Universitário da UFMA, optamos que a revisão geral deste documento acontecerá em 05 (cinco) anos (2028), com duas revisões parciais bianuais (2025 e 2027). Nas revisões parciais serão apontadas e discutidas, pelo coletivo escolar, questões estruturantes, indicando diretrizes para o próximo PPP, bem como avaliando a efetividade de seu plano de ação. O quadro a seguir sistematiza as ações descritas.

Quadro 12 – Acompanhamento, Implementação, Revisão e Avaliação do Projeto Político Pedagógico do Colégio Universitário.

ANO	AÇÃO
2023	Início da vigência do PPP
2024	-
2025	1ª revisão (indicativo de ajustes)
2026	-
2027	2ª revisão (Avaliação da implementação do PPP)

Fonte: Comissão do Projeto Político Pedagógico do COLUN, 2022.

No último ano de vigência da versão deste Projeto se dará uma ampla e coletiva avaliação dos impactos no COLUN/UFMA de modo a subsidiar sua atualização ou reestruturação parcial ou total do documento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 5.reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

ALENCAR, Níliá Feitosa de. **Lei nº 13.415/2017: implicações no ensino médio integrado na rede de ensino pública do estado do Maranhão**. 2020. 159 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

ANDES. **Cadernos ANDES (n.2): proposta do ANDES – SN para a Universidade Brasileira**. Florianópolis: Andes, 1981. Número 2, 4ª edição atualizada e revisada, jan. 2013. Brasília – DF.

ARANTES, Valéria A. (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

BARBIER, J. **Elaboração de projectos de acção e planificação**. Coleção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora, 1996.

BARROS. Alessandra Belfort. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE/PEI: análise do processo de implementação em São Luís/MA (2008-2015)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2019.

BERENGUEL, Ligia Colonhesi. **O Plano de Ação como instrumento de reflexão sobre as intenções formativas na gestão escolar**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação (Mestrado Profissional). 258 p. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Congresso Nacional, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**. Brasília, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/02 a 55; 2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2007.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 27 de out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 10 de jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 407, de 06 de julho de 2020**. Dispõe sobre o Plano de Monitoramento e Avaliação da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica de que tratam o inciso IV do art. 4º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e a Portaria nº 1.720, de 08 de outubro de 2019. Disponível em: <https://portal.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-407-de-6-de-julho-de-2020-265460371>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Humanizar é educar**: o desafio de formar pessoas através da educação. In: Escritos abreviados – Série cultura/Educação 3, [s.d]. Disponível em: <file:///D:/CURSO%20DE%20PEDAGOGIA/Faculdade%20Atenas%20Pedagogia%208º%20Periodo/TCC%20II/TCC%20I/Textos%20e%20Livrros%20para%20Desenvolvimento/4_HUMANIZAR_EH_EDUCAR%20-%20EDITADO.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CATANI, Afrânio; OLIVEIRA, João. A educação superior. In: OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. (orgs.). **Organização do ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. Xamã: 2002.

COLUN. **Proposta Política-Pedagógica**. São Luís: Mimeo, 1994.

COLUN. **Resolução Nº 284-CONSUN, de 12 de setembro de 2017**. São Luís: UFMA, 2017.

COLUN. **Regimento Interno do Colégio Universitário - Portaria Nº 58/88**. São Luís: UFMA, 1988.

DISKIN, Lia. **Vamos ubuntar?** Um convite para cultivar a paz. São Paulo: Palas Athenas, 2008.

FIGUEREDO, Ana Zilda dos Santos Cabral. **Inclusão educacional de alunos público-alvo da educação especial no Colégio Universitário – COLUN/UFMA: percepções do corpo docente.** São Luís, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Luís, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 3 ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra: São Paulo, 1998.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1085-1114, 2014.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Anais...** Brasília, 1994.

GADOTTI, Moacir. **O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania.** 1998. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/Projeto_Politico_Ped_1998gadotti.pdf> Acesso em: 10 nov. 2022.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais em educação.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

GALINA, Irene de Fátima. Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública. **Caderno Temático - Gestão Escolar.** Material pedagógico produzido no PDE. Maringá, 2008.

GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente:** a teoria das inteligências múltiplas. 1ª ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo.** - 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação.** Petrópolis: Vozes, 1986.

GONÇALVES, Gaiofatto Gonçalves. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2015v33n3p1229/pdfa/146083>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Aprender a Educar para a Paz:** instrumental para capacitação de educadores em educação para a paz. Goiás: Editora Rede da Paz, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar: respeitar primeiro educar depois**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Inclusão social de pessoas com deficiência: medidas que fazem a diferença**. Rio de Janeiro: IBDD, 2008.

JANNUZZI, Gilberta de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores associados, 2006.

JARES, Xésus R. **Educar para a paz em tempos difíceis**. São Paulo: Palas Atenas, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Psicologia educacional: uma avaliação crítica. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia social – O homem em movimento**. São Paulo: Editora brasiliense, 1984, p. 154-180

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5 Ed. Goiânia: Alternativa, 2005.

LOPES, Inês A. O. **A inclusão Escolar na esfera pública: concepções e possibilidades de concretização**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola?** Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p071-080_c.pdf>. Acesso 19/09/2022.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Planejamento e Avaliação na Escola: articulação e necessária determinação ideológica. In: LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p.102-119.

MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do; NONATO JUNIOR, Raimundo. (org.). **Cultura de paz: do conhecimento à sabedoria**. Fortaleza: UFC, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 1ª reimpressão. São Paulo: Moderna, 2015.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. 16. reimp. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. – 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Betty Antunes; DUARTE, Newton. **Socialização do saber escolar**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

PRIBERAM. **Dicionário PRIBERAN**. s/d. Disponível em:
<<https://dicionario.priberam.org/plano.>> Acesso: 15/12/2020.

REIS, Viviane de Souza; MOURA, Luciana Teles. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: eficaz ferramenta para a educação ambiental no ensino superior. **Educação Ambiental em Ação**, n. 59, 2017. Disponível em:
<<https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2660>>. Acesso em 20 jan. 2023.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **Gestão Colegiada e Projeto Político**: Colégio Universitário (1989 -1997). Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: 2004.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **Gestão Democrática**: representações e potencialidades na atuação do Conselho Diretor e na construção do Projeto Político Pedagógico – o caso do Colégio Universitário em São Luís (1989-1997). São Luís: EDUEMA, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: **Movimento revista de educação**. Nº 4. 2016, p. 54-84.

SEVERINO, A. J. Educação e inclusão. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 17, n. 34, p. 227-235, maio-ago. 2008.

SILVA, Paulo R. J. **Política de formação docente e inclusão escolar**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

SILVA, Paulo R. J. **Inclusão de estudantes de estudantes com deficiência visual nos jogos de linguagem envolvendo a Matemática**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática. Cuiabá: UFMT/UFPA/UEA, 2018.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

TILLMAN, Diane. **Atividades com valores para jovens**. São Paulo: Confluência, 2012.

UFMA. **Resolução Nº 361 - CONSUN, 08 de novembro de 2021**. Atualiza o Estatuto da Universidade Federal do Maranhão. Disponível em:
<<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/N1taYAlxfE2xq3a.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem – Práticas de Mudança**: por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 18º ed. São Paulo: Libertad, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro Veiga. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Formação e Trabalho Pedagógico. 23. ed. (Coleção Magistério). Campinas, SP: Papirus, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/270>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

VIANNA, Carlos E. S. **Educação inclusiva na Constituição Federal de 1988**: uma questão ética e jurídica. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

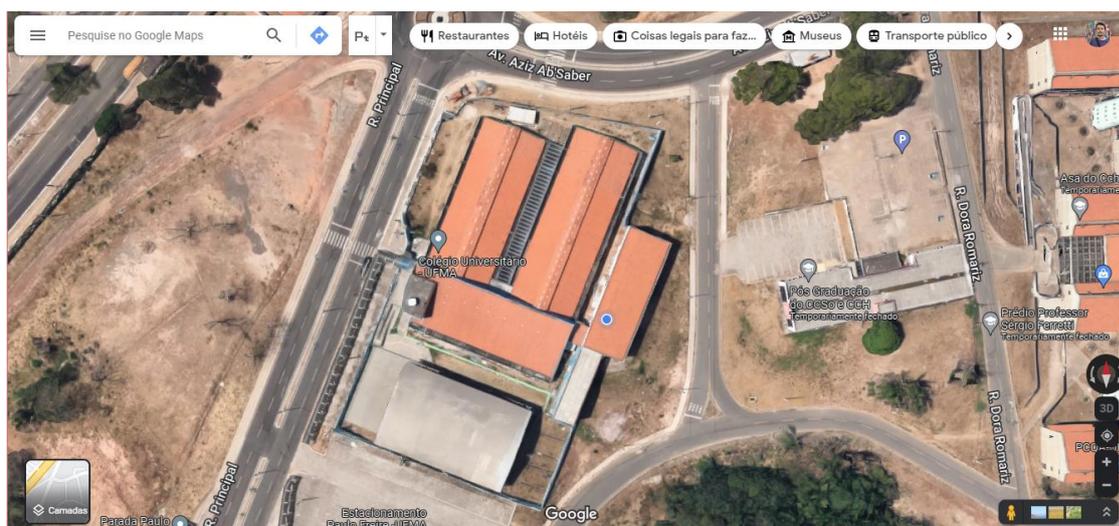
WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

APÊNDICE A

Localização geográfica do COLUN/UFMA



Localização do COLUN dentro do Campus UFMA – Dom Delgado



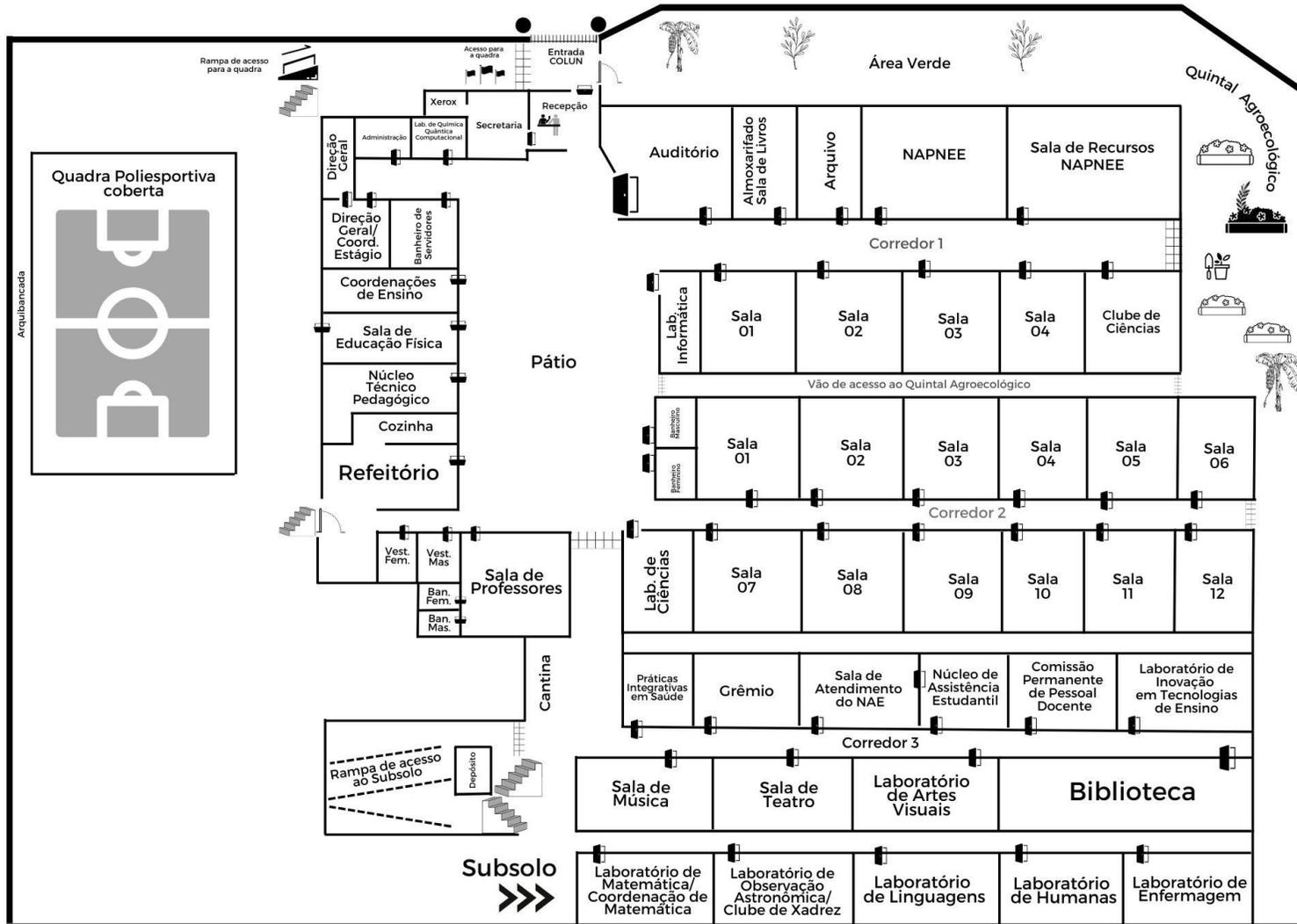
APÊNDICE B – Rede Física do COLUN

ESPAÇOS	QUANTITATIVO
Salas de aula da educação básica	16
Sala da coordenação ensino fundamental e médio	01
Sala de Educação Física	01
Sala da Direção e Coordenação de Estágio	02
Laboratório de Informática	01
Sala CPPD	01
Sala de Recursos - NAPNEE	01
Sala de Teatro	01
Sala de Música	01
Laboratório de Artes Visuais	01
Laboratório de Enfermagem	01
Sala do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEE)	01
Sala do Núcleo de Assistência Estudantil (NAE)	01
Sala de atendimento do NAE	01
Biblioteca	01
Cantina	01
Cozinha	01
Quadra poliesportiva	01
Refeitório	01
Sala de Práticas Integrativas em Saúde	01
Depósito	01
Recepção	01
Pátio	01

APÊNDICE B – Rede Física do COLUN

ESPAÇOS	QUANTITATIVO
Quintal Agroecológico	01
Laboratório de Humanas	01
Laboratório de Linguagens	01
Laboratório de Ciências	01
Sala LITE (Laboratório de Inovação em Tecnologias de Ensino)	01
Laboratório de observação Astronômica (LOA) e Clube de Xadrez	01
Clube de Ciências	01
Auditório	01
Sala do Grêmio estudantil	01
Sala do Núcleo Técnico Pedagógico	01
Sala de Professores com banheiro masculino e feminino	01
Banheiro dos funcionários	01
Banheiro dos estudantes (feminino)	01
Banheiro dos estudantes (masculino)	01
Vestiário feminino	01
Vestiário masculino	01
Sala de Xérox	01
Secretaria	01
Almoxarifado	01
Arquivo e Sala de Livros	01
Sala da Administração	01
Sala de Apoio da Cozinha	01
Laboratório de Química Quântica Computacional	01
Laboratório de Matemática e Coordenação de Matemática	01

APÊNDICE C – Planta baixa do COLUN



APÊNDICE D – Questionário dos Estudantes, Pais e/ou Responsáveis

Prezado estudantes, pais e/ou responsáveis,

Estamos vivenciando um significativo momento em nossa escola, que é o processo de reelaboração do nosso Projeto Político Pedagógico – PPP, importante instrumento que traduz a identidade de nossa instituição, além de definir objetivos e ações concretas para alcançá-los. Por se tratar de um processo democrático, todos que compõem a comunidade escolar devem participar. Nesse sentido, com o objetivo de pensarmos um projeto educativo de maior qualidade educacional, solicitamos que vocês, *estudantes, pais e/ou responsáveis*, conjuntamente, respondam a esse questionário.

Questionário para Diagnóstico da Realidade Escolar

Dimensão I: Infraestrutura

1. Para você, as dependências físicas atendem às necessidades do COLUN, em relação à:

Biblioteca	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Laboratório de Informática	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Laboratório de Ciências	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Refeitório	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Banheiros	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Quadra de esportes	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Salas de aula	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Auditório	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Secretaria	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Salas de coordenações e da gestão	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Salas para atendimento pedagógico	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Salas para atendimento pedagógico e assistencial	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Pátio	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Recepção/Portaria	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Sala dos professores	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Almoxarifado/Depósito de Livros	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

2. Para você, os recursos de multimídia atendem às necessidades da escola (computadores, Datashow, TVs, caixas de som, etc.)?

Sim Não

3. As dependências físicas da escola são acessíveis a todos, inclusive, aos alunos público-alvo da Educação Especial (possuem rampas, piso tátil, banheiros adaptados, sinalizações, etc.)?

Sim Não

4. Avalie e classifique o estado de conservação dos equipamentos e materiais abaixo discriminados:

Xerox	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Computador	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Impressora	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Datashow	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Caixa de som	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Telefone	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Acervo da Biblioteca (livros, revistas, jornais, etc.)	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente

5. A escola oferece condições de garantir a segurança, quanto à:

Controle da entrada, permanência e saída da escola	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Em parte
Prevenção de danos ao patrimônio e às pessoas para evitar furtos, roubos, uso de drogas e outras formas de violência	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Em parte
Proteção contra incêndios	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Em parte

6. Como você avalia esta escola considerando sua infraestrutura e condições gerais de funcionamento?

Ótima Boa Razoável Ruim Péssima

Dimensão II: Processo Ensino-Aprendizagem

1. Quanto ao ensino (conteúdos trabalhados, atividades e projetos desenvolvidos, metodologias e avaliações empregadas) ofertado pela instituição, você está:

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito

2. Você considera que o ensino oferecido está sendo capaz de preparar os estudantes para as avaliações externas (ENEM, PASES, Concursos e seletivos públicos)?

Sim Não Em parte

3. Você considera o currículo da escola inclusivo, de forma a atender a diversidade dos estudantes, inclusive o público-alvo da Educação Especial?

Sim Não Em parte

4. Quanto ao acompanhamento pedagógico, psicológico e da assistência social (Encontros Família-Escola, Conselhos de Classe, atendimentos individualizados, etc.) você está?

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito

5. As ações/atividades desenvolvidas pela escola têm contribuindo para a boa formação dos estudantes?

Sim Não Em parte

6. Você concorda com a forma de avaliação realizada pela escola (Atividades de pesquisa – 2,0 pontos + Produção Escrita – 2,0 pontos + Prova escrita – 6,0 pontos):

Sim Não Em parte

Comente:

Dimensão III: Gestão Participativa

1. A escola tem promovido espaços de participação nos Encontros Família-Escola, Conselhos de Classe, Conselhos Diretor, Associação de Pais, Grêmio Estudantil?

Sim Não Em parte

Comente:

2. Vocês têm participado dos processos de tomada de decisões realizadas nos Conselhos de Classe, Conselho Diretor, Associação de Pais, Grêmio Estudantil?

Sim Não Em parte

Comente:

3. As formas de comunicação (email, comunicados, sites, telefonemas) utilizadas pela escola favorece sua participação nas decisões e atividades desenvolvidas?

Sim Não Em parte

Comente:

Dimensão IV: Função Social da Escola

1. No desenvolvimento da função social da escola, qual é o papel do COLUN:

- Preparar os estudantes para as avaliações externas (ENEM, PASES, concursos e seletivos, etc.);
- Preparar para o mundo do trabalho;
- Desenvolver o pensamento reflexivo, crítico, ético e autônomo dos estudantes;
- Promover uma formação ética e cidadã, com base no respeito às diferenças, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais democracia e inclusiva;
- Outros. Comente:

APÊNDICE E – Questionário dos Servidores do COLUN

Prezado estudantes, pais e/ou responsáveis,

Estamos vivenciando um significativo momento em nossa escola, que é o processo de reelaboração do nosso Projeto Político Pedagógico – PPP, importante instrumento que traduz a identidade de nossa instituição, além de definir objetivos e ações concretas para alcançá-los. Por se tratar de um processo democrático, todos que compõem a comunidade escolar devem participar. Nesse sentido, com o objetivo de pensarmos um projeto educativo de maior qualidade educacional, solicitamos que vocês, *servidores*, conjuntamente, respondam a esse questionário.

Questionário para Diagnóstico da Realidade Escolar

Dimensão I: Infraestrutura

1. Para você, as dependências físicas atendem às necessidades do COLUN, em relação à:

Biblioteca	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Laboratório de Informática	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Laboratório de Ciências	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Refeitório	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Banheiros	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Quadra de esportes	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Salas de aula	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Auditório	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Secretaria	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Salas de coordenações e da gestão	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Salas para atendimento pedagógico	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Salas para atendimento pedagógico e assistencial	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Pátio	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Recepção/Portaria	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Sala dos professores	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Almoxarifado/Depósito de Livros	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

2. Para você, os recursos de multimídia atendem às necessidades da escola (computadores, Datashow, TVs, caixas de som, etc.)?

Sim Não

3. As dependências físicas da escola são acessíveis a todos, inclusive, aos alunos público-alvo da Educação Especial (possuem rampas, piso tátil, banheiros adaptados, sinalizações, etc.)?

Sim Não

4. Avalie e classifique o estado de conservação dos equipamentos e materiais abaixo discriminados:

Xerox	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Computador	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Impressora	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Datashow	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Caixa de som	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Telefone	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente
Acervo da Biblioteca (livros, revistas, jornais, etc.)	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Inexistente

5. A escola oferece condições de garantir a segurança, quanto à:

Controle da entrada, permanência e saída da escola	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Em parte
Prevenção de danos ao patrimônio e às pessoas para evitar furtos, roubos, uso de drogas e outras formas de violência	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Em parte
Proteção contra incêndios	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Em parte

6. Como você avalia esta escola considerando sua infraestrutura e condições gerais de funcionamento?

Ótima Boa Razoável Ruim Péssima

Dimensão II: Processo Ensino-Aprendizagem

1. Quanto ao ensino (conteúdos trabalhados, atividades e projetos desenvolvidos, metodologias e avaliações empregadas) ofertado pela instituição, você está:

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito

2. Você considera que o ensino oferecido está sendo capaz de preparar os estudantes para as avaliações externas (ENEM, PASES, Concursos e seletivos públicos)?

Sim Não Em parte

3. Você considera o currículo da escola inclusivo, de forma a atender a diversidade dos estudantes, inclusive o público-alvo da Educação Especial?

Sim Não Em parte

4. Quanto ao acompanhamento pedagógico, psicológico e da assistência social (Encontros Família-Escola, Conselhos de Classe, atendimentos individualizados, etc.) você está?

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito

5. As ações/atividades desenvolvidas pela escola têm contribuindo para a boa formação dos estudantes?

Sim Não Em parte

6. Você concorda com a forma de avaliação realizada pela escola (Atividades de pesquisa – 2,0 pontos + Produção Escrita – 2,0 pontos + Prova escrita – 6,0 pontos):

Sim Não Em parte

Comente:

Dimensão III: Gestão Participativa

1. A escola tem promovido espaços de participação nos Encontros Família-Escola, Conselhos de Classe, Conselhos Diretor, Associação de Pais, Grêmio Estudantil?

Sim Não Em parte

Comente:

2. Vocês têm participado dos processos de tomada de decisões realizadas nos Conselhos de Classe, Conselho Diretor, Associação de Pais, Grêmio Estudantil?

Sim Não Em parte

Comente:

3. As formas de comunicação (email, comunicados, sites, telefonemas) utilizadas pela escola favorece sua participação nas decisões e atividades desenvolvidas?

Sim Não Em parte

Comente:

Dimensão IV: Função Social da Escola

1. No desenvolvimento da função social da escola, qual é o papel do COLUN:

- Preparar os estudantes para as avaliações externas (ENEM, PASES, concursos e seletivos, etc.);
- Preparar para o mundo do trabalho;
- Desenvolver o pensamento reflexivo, crítico, ético e autônomo dos estudantes;
- Promover uma formação ética e cidadã, com base no respeito às diferenças, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais democracia e inclusiva;
- Outros. Comente:

2. Na sua opinião, os conteúdos trabalhados e as atividades desenvolvidas pela escola têm contribuído para melhoria de atitudes, valores e condutas de nossos

Sim Não Em parte

Comente:

3. A escola tem desenvolvido práticas de extensão, em forma de cursos, programas e projetos em sua comunidade, contribuindo para o atendimento de algumas necessidades locais?

Sim Não Em parte

Comente:

Dimensão V: Orçamento

1. Você tem conhecimento de como é gerido o orçamento pelo COLUN?

Sim Não Em parte

Comente:

2. Na sua opinião, há algum aspecto do seu ambiente de trabalho que possa ser aprimorado para melhorar seu desempenho e sua qualidade de vida no trabalho (condições de trabalho, infraestrutura, higiene, segurança, etc.)?

Sim Não Em parte

Comente:

3. Você considera seu ambiente de trabalho agradável e prazeroso?

Sim Não Em parte

Comente:

4. Na sua opinião, a comunicação estabelecida no COLUN contribui para um bom clima organizacional?

Sim Não Em parte

Comente:

5. Na sua opinião, há clareza e abertura na comunicação interna estabelecida no COLUN, de modo a contribuir para um bom clima organizacional?

Sim Não Em parte

Comente:

6. Você se sente motivado e reconhecido em seu ambiente de trabalho?

Sim Não Em parte

Comente:

7. A instituição em que você trabalha lhe proporciona oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional?

Sim Não Em parte

Comente:

8. Seu local de trabalho apresenta condições ambientais e psicológicas satisfatórias para o desempenho de suas atividades (cultura e clima organizacional, disciplina, higiene, saúde, segurança, qualidade de vida e manutenção de relações saudáveis)?

Sim Não Em parte

Comente: